



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XVIII — 58

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1963

## CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, parágrafo 3.º, da Constituição e do artigo 1º, número IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 31 do mês em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 1.151-E, de 1956, na Câmara e número 126, de 1961, no Senado) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado, sem prejuízo da matéria já programada para a mesma sessão.

Senado Federal, em 6 de maio de 1963

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

3ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 28 de maio de 1963 às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatorio, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo, com o art. 36 do Regimento Comum.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cedula nº	Dispositivo a que se refere
1	Do § 2º do art. 3º as palavras: "... constituindo grupo agro-pecuário integrado..."
2	Do § 3º do art. 26 as palavras: "... sem culpa manifesta do trabalhador rural..."
3	Do parágrafo único do art. 2º as palavras: "... exceto os de prestação de socorro a que alude o art. 3º, os quais ainda que ocorrentes no período noturno serão gratuitamente prestados..."
4	Do art. 36 as palavras: "... exceto os de prestação de socorro em casos de de sinistros como incendio e inundações, acidentes de animais ou de pessoas e outros que, pela sua natureza excepcional e perigo de mal considerável se equiparem aos citados".
5	Do anexo B do art. 29 as palavras: "... dentro dos recursos e usos da região".
6	Anexo A do art. 29 (integralmente); § 2º do art. 29 (integralmente); Art. 37 (integralmente).

9ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 30 de maio de 1963, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatorio, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30 do Regimento Comum.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cedula nº	Dispositivo a que se refere
1	Do art. 39 as palavras: "... culpa ou...";
2	Art. 63 (integralmente);
3	Parágrafo único do art. 63 (integralmente);
4	Art. 64 (integralmente);
5	§ 1º do art. 75 (integralmente);
6	Arts. 82, 83 e 84 (integralmente);
	Alínea e do art. 87 (integralmente).

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, tendo em vista que ainda pendem de pronunciamento do Congresso Nacional vários vetos presidenciais, cuja apreciação foi transferida, resolve:

1) sem prejuízo das sessões conjuntas que se deverão realizar nos dias 28 e 30 do corrente convocar novas sessões das duas Casas do Congresso Nacional para os dias 4, 6, 11, 18 e 20 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

2) estabelecer para a apreciação dos referidos vetos a seguinte escala:  
Dias 28 e 30 de maio, 4 e 6 de junho:  
veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-H-60, na Câmara e número 94-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;

Dias 11 e 18 de junho:  
veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.285-B-60, na Câmara e número 183-62, no Senado, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;

Dia 20 de junho:  
veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.785-62 na Câmara e nº 2-63 no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.761-A-56, na Câmara e número 126-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60, na Câmara e nº 44-52, no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

Senado Federal, 2ª de maio de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## ATAS DAS COMISSÕES

## Comissão Mista

## Relatório nº 15, de 1963

Incumbida de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.751-E-56, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

## 1ª REUNIÃO, EM 16 DE MAIO DE 1963

As 18,30 horas, do dia dezesseis de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores Lobão da Silveira, Milton Campos e Aloysio de Carvalho, e os Srs. Deputados Pedro Aleixo, Ulysses Guimarães e Temperani Pereira, reuniu-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto parcial nº 126, de 1961 (nº 1.751-E-56, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

Em obediência ao preceito Regimento, tal assume a presidência o Sr. Senador Milton Campos que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Sr. Deputado Pedro Aleixo. Concluída a votação apura-se o seguinte resultado:

## Para Presidente:

Senador Milton Campos.... 5 votos  
Deputado Pedro Aleixo .... 1 voto

## Para Vice-Presidente:

Senador Aloysio de Carvalho 5 votos  
Deputado Ulysses Guimarães 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador Lobão da Silveira Relator da matéria precípua a Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar-se encerra-se a Reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1963

As 18,30 horas, do dia dezessete de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Aloysio de Carvalho, e os Srs. Deputados Pedro Aleixo, Ulysses Guimarães e Temperani Pereira, reuniu-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.751-E-56 na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Lobão da Silveira que, na qualidade de Relator, tece considerações constatações em Relatório, circunstanciando a origem e tramitação da matéria na Casa do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, aor seu Veto parcial ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

## FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.751-E-56, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

Relator: Senador Lobão da Silveira.  
O Sr. Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os arts. 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, vetou parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.751-E-56, na Câmara dos Deputados) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

## TEMPESTIVIDADE DO VETO

No caso em estudo, foi obedecido o preceito constitucional contido no artigo 70, quando fixa o decêndio para a proposição do veto.

## O DISPOSITIVO VETADO

Incidiu o veto presidencial, sobre o art. 149, do Projeto, assim redigido:

## CAPÍTULO II

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 149. "E" ressalvado aos atuais inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, o direito do exercício da profissão, nos termos da inscrição em vigor".

## TRAMITAÇÃO

O Projeto em causa, teve a sua origem na Mensagem nº 413, de 18 de agosto de 1956, encaminhada ao Con-

## SENADO FEDERAL

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).  
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).  
Primeiro Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).  
Segundo-Secretário — Gilberto Maranhão (PSD — GB).  
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB — AM).  
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).  
Primeiro Suplente — Joaquim Paente (UDN — PI).  
Segundo Suplente — Guido Mondir (PSD — RS).  
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

## REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre.  
2. Lobão da Silveira — Pará.  
3. Eugênio Barros — Maranhão.  
4. Sebastião Archer — Maranhão.  
5. Victorino Freire — Maranhão.  
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.  
7. Menezes Pimentel — Ceará.  
8. Wilson Gonçalves — Ceará.  
9. Walfrido Gurgel — R. G. Norte.  
0. Ruy Carneiro — Paraíba.  
1. Leito Neto — Sergipe.

gresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, foi estudado em profundidade na Câmara dos Deputados, emendado em várias etapas da sua tramitação, aprovado e remetido ao exame do Senado. Esta última Casa do Congresso, cumpriu a sua parte na análise do Projeto, completou a sua aprovação, enviando-o à Câmara.

Após o regular estudo das emendas oferecidas pelo Senado, a Câmara dos Deputados, aprovou em definitivo o Projeto, encaminhando-o à sanção do Sr. Presidente da República.

## RAZÕES DO VETO

Justifica o Sr. Presidente da República o veto que após ao art. 149 do Projeto, com a consideração de ser ele contrário aos interesses nacionais.

A supressão do citado artigo justifica-se porque não se deve manter sob regimes jurídicos diferentes, uma mesma categoria profissional.

A inclusão do Projeto, do dispositivo vetado, teve como finalidade, garantir, a servidores públicos, o suposto direito adquirido, de advogar, perante os Tribunais, contra a Fazenda Nacional.

O veto, portanto, tem como finalidade assegurar homogeneidade nas situações profissionais de todos os advogados que exerçam, nos termos do Projeto, função pública, incompatível com a advocacia contra a Fazenda Nacional.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto cremos estarem os senhores congressistas perfeitamente habilitados a bem ajuizar do veto parcial aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 126-61 (nº 1.751-E, de 1956, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

Sala das Comissões, em... de maio de 1963. — Milton Campos, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Pedro Aleixo. — Temperani Pereira. — Ulysses Guimarães.

12. Antônio Barrino (em exercício o suplente Eduardo Catalão, do PTB — Bahia).  
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.  
14. Gilberto Marinho — Guanabara.  
15. Moura Andrade — São Paulo.  
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.  
17. Guido Mondin — R. G. Sul.  
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.  
19. Pinto Müller — Mato Grosso.  
20. José Feliciano — Goiás.  
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.  
22. Pedro Lindovico — Goiás.

## PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.  
2. Oskar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.  
3. Vivaldo Lima — Amazonas.  
4. Mourão Vieira — Amazonas.  
5. Antônio Jucá — Ceará.  
6. Carlos Jereissati — Ceará.  
7. Dix-Ruit Rosado — R. G. Norte.  
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.  
9. Barros Carvalho — Pernambuco.  
0. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.  
11. José Ermirio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.  
12. Silvestre Péricles — Alagoas.  
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.  
14. Nelson Maculan — Paraná.  
15. Amaury Silva — Paraná.

18. Nogueira da Gama — Minas Gerais.  
17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

**UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)**

1. Zacarias de Assunção — Pará.  
2. Joaquim Parente — Piauí.  
3. José Cândido — Piauí.  
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.  
5. João Agripino — Paraíba.  
6. Rui Palmira — Alagoas.  
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.  
8. Afonso Arinos — Guanabara.  
9. Padre Calazans — São Paulo.  
10. Adolpho Franco — Paraná.  
11. Linneu Bornhausen — Santa Catarina.  
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.  
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.  
14. Milton Campos — Minas Gerais.

#### PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.  
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.  
2. Lino de Matos (em exercício o Suplente Linneu Gomes) — São Paulo.

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Paul Guberti — Espírito Santo.  
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

#### PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

#### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Amon de Melo — Alagoas.

#### SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.  
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

#### RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

#### BLOCOS PARTIDARIOS

1º — Maioria (39 Membros):

PSD

PTB

2º — Minoria (17 Membros):

UDN

PL

3º — Pequenas Representações (9 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

#### LIDERANÇAS

1 — DOS BLOCOS PARTIDARIOS

##### MAIORIA

Líder

Barros Carvalho — (PTB — PE)

Vice-Líderes

Victorino Freire (PSD — MA)

Vasconcelos Torres (PTB — RJ)

Jefferson de Aguiar (PSD — ES)

Lobão da Silveira (PSD — PA)

Arthur Virgílio (PTB — AM)

Bezerra Neto (PTB — MT)

##### MINORIA

Líder

João Agripino (UDN — PB)

Vivaldo Lima (AM)

Bezerra Neto (MT)

UDN

Líder

Daniel Krieger (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ES)

Padre Calazans (SP)

Adolfo Franco (PR)

PL

Líder

Mem de Sá (RS)

Vice-Líderes

Daniel Krieger (UT — RS)

Mem de Sá (PL — RS)

#### PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Líder

Lino de Matos (PTN — SP)

Vice-Líder

Aurélio Viana (PSB — AL)

#### II — DOS PARTIDOS

PSD

Líder

Benedicto Valladares (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Sigfredo Pacheco (PI)

Walfredo Gurgel (RN)

PTB

Líder

Arthur Virgílio (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva (PR)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho (BA)

PTN

Líder

Lino de Matos (SP)

Vice-Líder

Catete Pinheiro (PA)

PSP

Líder

Miguel Couto (RJ)

Vice-Líder

Raul Guberti (ES)

#### COMISSÕES PERMANENTES

##### Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Mourão Vieira (UDN)

Rui Palmira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Catete Pinheiro (PTN)

Joaquim Parente (UDN)

Guilherme Mondim (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB)

#### Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan (PTB).

Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Eugênio Barros.

2. José Feliciano

Suplentes

1. Afílio Fontana

2. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Nelson Maculan

2. Dix-Hunt Rosado

3. Raul Guberti

Suplentes

1. Eduardo Catão

2. Aarão Steinbruch

3. Adalberto Sena

UDN

Titulares

1. Lopes da Costa

2. Antonio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger

2. João Agripino.

#### Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN).

Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Jefferson de Aguiar

2. Ruy Carneiro

3. Lobão da Silveira

4. Wilson Gonçalves

5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel

2. Leite Neto

3. Benedito Valladares

4. Aarão Steinbruch

5. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Amaury Silva

2. Bezerra Neto

3. Pinto Ferreira.

Suplentes

1. Artur Virgílio

2. Argemiro de Figueiredo

3. Silvestre Perleia

UDN

Titulares

1. Aloysio de Carvalho

2. Eurico Rezende

3. Milton Campos

Suplentes

1. Afonso Arinos.

2. Daniel Krieger

3. João Agripino.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

#### Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN)

Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel

2. Pedro Ludovico

3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller

2. Eugênio Barros

3. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Vasconcelos Torres

2. Oscar Passos

Suplentes

1. Dix-Hunt Rosado

2. Aarão Steinbruch

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz

2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa

2. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Mariz.

#### Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.

Vice-Presidente: Eduardo Catão

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

Filinto Müller.

Eugênio Barros.

Afílio Fontana.

Jose Guilomard.

Suplentes

Jefferson de Aguiar

Sigfredo Pacheco.

Sebastião Archer.

Josaphat Marinho.

PTB

Titulares

Eduardo Catão

Nelson Maculan.

Júlio Leite.

Suplentes

Oscar Passos.

Bezerra Neto.

Pinto Ferreira

UDN

Titulares

Adolfo Franco.

Lopes da Costa

Suplentes

José Cândido.

Zacarias de Assunção.

Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.

Secretário: Old Brügger.

#### Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD).

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel

2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares

2. Sigfredo Pacheco

PTB

Titulares

1. Adalberto Sena

2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Queiroz

2. Amaury Silva

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

Suplentes

1. Adolfo Franco
  2. Milton Campos
  3. Arnou de Melo
- Reuniões: Quartas-feiras, às 15,00 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Mar-  
tra.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo —  
Presidente

UDN — Daniel Krieger — Vice-  
Presidente

Composição

PSD

Titulares

1. Victorino Freire
2. João da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guionard
2. Eugenio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino e Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

UDN

Titulares

1. Dinart Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL

Titular

1. Mem de Sá

Suplente

1. Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00  
horas.

Secretário: Renato de Almeida  
Chermont.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB)  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro,  
(PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

- Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guionard.  
Raul Giuberti.

Suplentes

- Leite Neto.  
Lobão da Silveira.  
Eugênio Barros.  
Júlio Leite.

PTB

Titulares

- Vivaldo Lima.  
Amaury Silva.  
Heribaldo Vieira.

Suplentes

- Aurelio Vianna.  
Pessoa de Queiroz.  
Vasconcelos Torres.

UDN

Titulares

- Eurico de Rezende.  
Antônio Carlos.

Suplentes

- Lopes da Costa.  
Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00  
horas.

Secretário: Cid Brugger.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna  
(PSB).

Composição

PSD

Titulares

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

Suplentes

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnou de Melo
3. Julio Leite

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

Suplentes

1. João Agripino
2. Lopes da Costa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00  
horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente — Padre Calazans.

Composição

PSD

Titulares

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Heribaldo Vieira

UDN

Titulares

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite

Suplentes

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar  
(PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Quei-  
oz (PTB).

Composição

PSD

Titulares

1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinbruch

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guionard
4. Victorino Freire

PTB

Titulares

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Pessoa
3. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Padre Calazans
4. Arnou de Melo

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: às quintas-feiras, às 15  
horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado  
(PTB).

Composição

PSD

Titulares

1. Pedro Ludovico
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Eugenio Barros
2. Walfredo Gurgel

PTB

Titular

1. Dix-Huit Rosado.

Suplente

1. Adalberto Sena

UDN

Titular

1. Lopes da Costa

Suplente

1. Dinarte Mariz

PSP

Titular

1. Miguel Couto

Suplente

1. Raul Giuberti.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,00  
horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

(\*) Republica-se por ter saído com  
incorreção.

Comissão de Segurança  
Nacional

UDN — Zacarias de Assunção —  
Presidente.

PTB — Silvestre Péricles — Vice-  
Presidente.

Titulares

- PTB — Oscar Passos.  
UDN — Irineu Bornhausen.  
PSD — José Guionard.  
PSD — Victorino Freire.  
PSP — Raul Giuberti.

Suplentes

- PTB — Dix-Huit Rosado.  
PTB — Eduardo Catalão.  
UDN — Adolfo Franco.  
UDN — Eurico Rezende.  
PSD — Ruy Carneiro.  
PSD — Atilio Fontana.  
PSP — Miguel Couto.

Reuniões: Quintas-feiras — às 16,00  
horas.

Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público  
Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles  
(PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

Composição

PSD

Titulares

1. Leite Neto.
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Victorino Freire
2. Benedicto Valladares

PTB

Titulares

1. Silvestre Péricles
2. Nelson Maculan

Suplentes

1. Pinto Ferreira
2. Eduardo Catalão.

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans

Suplentes

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

PL

Titular

1. Aloysio de Carvalho

Suplente

1. Mem de Sá.

Reuniões: Terças-feiras, às 16,00  
horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Transportes, Co-  
municações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhau-  
sen (UDN).

Composição

PSD

Titulares

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

**PTB**

**Titulares**

1. Bezerra Neto
2. Lino de Mattos

**Suplentes**

1. Silvestre Péricles
2. Miguel Couto

**UDN**

**Titular**

1. Irineu Bornhausen

**Suplente**

1. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfander — Oficial Legislativo, PL-8.

(\*) Republique-se por ter saído com incorreção.

**ATA DA 44ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 27 DE MAIO DE 1963**

**PRESENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDIN.**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
José Guilomard.  
Cattete Pinheiro.  
Eugênio Barros.  
Menezes Pimentel.  
Argemiro de Figueiredo.  
Pessoa de Queiroz.  
Pinto Ferreira.  
Silvestre Péricles.  
Heribaldo Vieira.  
Aloysio de Carvalho.  
Josaphat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.  
Eurico Rezende.  
Nogueira da Gama.  
José Feliciano.  
Guido Mondin.  
Meira de Sá (18).

**O SR. PRESIDENTE.**

A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é nesse debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE**

**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (Estado de Sergipe)**

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma de Lei Eleitoral (Art. 118, da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950), declara eleito Suplente de Senador da República, pelo mesmo Estado, o cidadão Dylton Augusto Rodrigues da Costa que, num total de duzentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito (232.348) votos válidos, na eleição realizada em

7-10-62, em que compareceram 141.899 votantes, obteve a votação nominal de cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro votos, conforme tudo consta da Ata Geral da Apuração de 22-12-1962, realizada neste Tribunal. E, para os devidos fins, é passado o presente extrato da ata, que servirá de Diploma e vai devidamente assinado.

Aracaju, 24 de dezembro de 1962. — *Hunaldo Santaflor Cardoso*, Presidente do Tribunal.

**Parecer nº 193, de 1963**

*Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1962 (nº 917-B-59, na Casa de origem).*

Relator: Sr. Senador Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1962 (número 917-B-59, na Casa de origem) que concede pensão especial ao ex-operário da Base Naval de Natal, Rio Grande do Norte, Francisco Teixeira Dantas, acidentado em serviço.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1963. — *Walfredo Gurgel*, Presidente. e Relator. — *João Agripino* — *Heribaldo Vieira*.

**ANEXO AO PARECER Nº 193-63**

*Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1962 (nº 917-B-59, na Casa de origem) que concede pensão especial a Francisco Teixeira Dantas, ex-operário da Base Naval de Natal, Rio Grande do Norte, acidentado em serviço.*

**EMENDA Nº 1**

(da C.F.)

Ao art. 1º.

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º. É concedida pensão especial vitalícia de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) ao ex-operário da Base Naval de Natal, Rio Grande do Norte, Francisco Teixeira Dantas, acidentado em serviço”.

**Parecer nº 194, de 1963**

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1962 (número 3.222-B-61, na Casa de origem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 75, de 1962 (nº 3.222-B-61, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia, em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1963. — *Walfredo Gurgel*, Presidente e Relator. — *João Agripino* — *Heribaldo Vieira*.

**ANEXO AO PARECER Nº 194-63**

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1962 (número 3.222-B-61, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia, em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia, em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

Está lida a leitura do expediente.

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte

**Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1963**

*Dá o nome de “Rodovia Teófilo Otoni” à Estrada Rio—Bahia — (BR-4).*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' denominada “Rodovia Teófilo Otoni” a Estrada BR-4, que, partindo do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, passa pelas cidades de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, Muriaé e Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais e chega à cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Justificação**

Duas são as razões fundamentais que justificam, em nosso entender, a atribuição de um nome a cada rodovia federal.

A primeira dessas razões consiste na vantagem de ordem prática, tendo em vista o uso da rodovia pelas populações do País, em identificar a estrada por palavras e expressões de fácil leitura e fácil retenção na memória, em vez de fazê-lo através de siglas e de conjuntos de letras que, para o homem comum, não querem dizer nada.

Conveniente, embora, para o técnico que prepara planos de obras rodoviárias e para administradores e legisladores que decidem sobre esses planos, que as estradas federais tenham a designação genérica de BR, seguida de um número identificador em cada caso — para o usuário das estradas, inúmeros, essas combinações de algarismos utilizados para diferenciar as vias de rodagem contribuem, apenas para estabelecer confusões desnecessárias. E, afinal, os usuários das estradas são os homens do povo, os contribuintes, aqueles que pagam os impostos com os quais o Estado constrói as estradas.

Assim, em toda parte, tendem as administrações a dar nomes em vez de símbolos, às estradas. Sejam nomes de figuras humanas, vivas ou mortas, ligadas à realização da própria obra ao desenvolvimento de região percorrida pela estrada, ou liga-

das à História geral do País onde está implantada a estrada; ou sejam, apenas nomes evocativos de acidentes geográficos ou de episódios históricos. No Brasil, entre outras estradas com denominações próprias, — podem ser citadas as muito conhecidas *Presidente Dutra*, *Presidente Juscelino Kubitschek*, *Via Anchieta* e *Via Anhanguera*.

A segunda razão fundamental que alegamos em favor da atribuição de nomes às rodovias federais é o indiscutível caráter educativo dessa prática.

Um país, na verdade, não passa de simples soma de expressões materiais, de conjunto de coisas, englobando território, cidades, estradas, rios, pontes, edifícios, casas, fábricas. Uma pátria é esse mesmo conjunto de coisas naturais umas, construídas pelo trabalho humano, outras considerado, porém, na sua dinâmica na sua dimensão no tempo.

Nesta ordem de idéias, observaremos que tudo o que se possa fazer, no plano legislativo, para dar dimensão histórica às coisas do País e contribuição oportuna, para fortalecimento da idéia de Pátria e de tradição nacional. E, então, se esse fortalecimento se faz avivando-se nas novas gerações a memória daqueles que, pelo seu povo suberam lutar nas silenciosas e pacíficas batalhas do trabalho empreendedor, o objetivo educacional estará mais seguramente atingido, pois, a idéia da Pátria apresenta-se no caso, dissociada da nociva evocação de guerras e de vitórias alcançadas sobre povos vizinhos e amigos.

Teófilo Otoni é um nome impar na galeria dos cidadãos brasileiros, podendo sua vida ser considerada exemplo de coerência, de dedicação ao interesse público, de desamor às glórias palacianas, de competência técnica e de arrojo bandeirante.

Nascido em Minas Gerais, na Vila do Príncipe (depois cidade do Serro) no princípio do século passado, seria Teófilo Otoni até 1869, ano de seu falecimento, contemporâneo de um dos períodos mais decisivos da História do Brasil — período no decorrer do qual ocorreram fatos como a proclamação da independência, a abdicação de D. Pedro I, a sucessão dos governos regenciais, a ascensão de Pedro II ao trono e o longo e profícuo trabalho de organização nacional que se desenvolveu através do Segundo Reinado.

Tendo cursado a Academia de Marinha, onde fez sua formação técnica, Teófilo Otoni começou a vida como Oficial da Marinha de Guerra, da qual se afastou em 1829, para participar ativamente da vida política nacional conquistando sucessivos mandatos legislativos e exercendo incansável pregação cívica pela imprensa, identificando sempre com as causas populares. E de tal maneira conduziu-se que a partir de certo momento, passou a ser conhecido como “Senador do Povo”.

Na segunda fase de sua vida, Teófilo Otoni resolveu colonizar o vale do Rio Mucuri, no norte de Minas, zona ainda ocupada por índios bravos. Ali fundou a cidade de *Teófilo Otoni*, hoje cidade de “Teófilo Otoni” entregando-se de corpo e alma a uma obra que pode ser considerada um dos maiores empreendimentos privados até hoje promovidos no Brasil.

A empresa colonizadora de Teófilo Otoni acabou, sem que fossem atingidos todos os objetivos de curto prazo programados pelo realizador. Mas, do episódio, resultaram saldos positivos capazes de immortalizar o Herói, tais como a pacificação dos indígenas, a ocupação demográfica e econômica de uma região selvagem e a implantação de belo e florescente centro urbano.

Ora, a área geográfica que foi teatro do transtorno de colonização comandado por Teófilo Otoni está hoje atravessada pela moderna BR-4, prestes a inaugurar-se. É justo e útil ao País, por isso, concluímos, que se dê a essa estrada o nome do grande homem que tão inestimável contribuição pessoal soube oferecer para conquistar e para valorizar esse pedaço de chão brasileiro.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1963. — Senador Vaseconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

#### O SR. PRESIDENTE:

Há, ainda, dois projetos de resolução de autoria do Sr. Eurico Rezende, que vão ser lidos.

São lidos e apoiados os seguintes:

#### Projeto de Resolução nº 17, de 1963

Dispõe sobre as mesas destinadas a Taquígrafos, no Plenário, e da outras providências.

Art. 1º. A Comissão Diretora providenciará, no prazo de sessenta dias, a instalação de duas mesas no Plenário, destinada ao uso dos taquígrafos.

§ 1º. Os móveis referidos neste artigo não serão adequados aparelhamento de som com ligação direta a fios dos microfones, tanto das bancadas, como da Mesa, com alto-falantes, dispositivos para requiegem do som, relógio-cronômetro embutido, cadeiras de assento rotativo e de altura regulável.

§ 2º. Na implantação das instalações mencionadas nesta Resolução será observado o estilo do mobiliário do Senado.

Art. 2º. As despesas decorrentes de disposto nesta Resolução correrão a conta da verba própria do Orçamento.

#### Justificativa

Será feita no Plenário.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1963. — Senador Eurico Rezende.

As Comissões de Constituição e Justiça; Diretora e de Finanças.

#### Projeto de Resolução nº 18, de 1963

Restabelece a tribuna do Plenário.

Art. 1º. A Comissão Diretora providenciará o restabelecimento da tribuna no Plenário das sessões, destinada ao uso da palavra pelos membros da Casa.

Art. 2º. A providência prevista nesta Resolução deverá ser executada no prazo de sessenta dias.

#### Justificação

Será feita no Plenário.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1963. — Senador Eurico Rezende.

As Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

#### O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai às Comissões competentes.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, que fará a justificativa dos projetos de sua autoria.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, relativamente ao Projeto de Resolução que retoma uma tradição da Casa, res-

taurando a tribuna no Plenário, apresento a seguinte justificativa:

“A magestade a importância do Senado estão a exigir o restabelecimento de uma tribuna no Plenário, como existe na Câmara Federal, de onde os Srs. Senadores pronunciavam seus discursos. Se, nada mais, nada menos, de que retomar a tradição interrompida em 1937, pois a Câmara A.C., até o advento do Estado Novo, tinha tribuna no Plenário. Fezendo o Congresso, o Palácio Monroe foi ocupado pelo Ministério da Justiça, que ali instalou, além do Gabinete do Ministro, outras dependências burocráticas, como a Comissão de Estudo dos Negócios Estaduais, a Comissão Jurídica do próprio Ministério e outras.

O Plenário foi desmontado, deixando-se as bancadas, a Mesa, todo o mobiliário que o caracterizava, transformando-se o recinto em salão de recepção e antecâmara do gabinete ministerial.

Em 1945, voltou a aparelhar-se para sede do novo Senado, mas a tribuna, que antes se situava a frente e em plano inferior à Mesa, não voltou.

Coloca-a novamente no Plenário será, assim, o restabelecimento de uma tradição.

Na situação atual, em que o orador fala ao microfone de uma bancada, acontece que, em virtude da acústica do Plenário, nem sempre é ouvido perfeitamente em determinados pontos do recinto. Se se fala das primeiras filas, tem que se voltar para ser ouvido por todos. Se se fala das filas de trás, os demais Senadores têm que se voltar para ele, no geral dando as costas para a Mesa, o que é infringência regimental. Os apartantes nem sempre são ouvidos, principalmente quando o orador fala de uma das bancadas da retaguarda, porque os microfones, colocados à frente das bancas, não têm flexibilidade adequada.

A Bancada de Imprensa reclama, constantemente, por não ouvir os oradores mais distantes e os apartes dados de costa para os repórteres.

A tribuna viria sanar todos esses inconvenientes. O orador se situaria equidistante de todos os pontos do Plenário, e seria ouvido por todos os Srs. Senadores, pela Mesa, pelos representantes da Imprensa pelas galerias e pelos taquígrafos, cuja mesa estaria colocada próximo à tribuna. Os apartes seriam então realmente proferidos diante dos microfones das bancadas que estão colocados na exata posição em que devem ser utilizados.

Isto, quanto ao aspecto material da questão, porque, do ponto de vista mais alto não há negar que um discurso pronunciado de uma tribuna empresta mais significação e magestade ao ato. A tribuna confere mais imponência ao discurso, dá-lhe mais ressonância, desperta mais atenção, entusiasma o orador, torna-o mais eloquente. Não há discurso, por mais profunda que seja a matéria nele versada, que não se apesque diante de um plenário indiferente, desatento, de costas voltadas para o orador, com conversas generalizadas ao redor com apartes balbuciados em surdina.

Urge volta à tradição, com o retorno da tribuna.

Adotemos essa providência, que, sobre ser simples, comorrá melhor, material e historicamente, o Senado da República.”

Pertinentemente à proposição que dispõe sobre a implantação de mesas especiais para os Srs. Taquígrafos, ofereço a seguinte justificativa: (Lê)

Os que já assistiram ou participaram de assembleias e comissões internacionais, como, por exemplo, a ONU, a OEA, a OIT, — a União Interparlamentar, a de Chanceleres dos Estados Americanos, de entidades culturais ou científicas e tantas outras, no Brasil e no exterior, dão o depoimento de que em nenhuma delas os taquígrafos trabalhavam de pé.

Em todas o fazem sentados, quer usem processo de escrita manual, como entre nós, quer usem sistema mecânico.

Os que já visitaram Parlamentos estrangeiros ou mesmo a nossa Câmara dos Deputados, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais que dispõem de serviço taquígráfico, pelas quais passaram tantos dos Srs. Senadores presentes, observaram que os taquígrafos trabalhavam sentados.

Só no Senado Federal, a mais alta casa legislativa do País, os taquígrafos operam de pé.

Há mesas para eles no Plenário, mas não as podem utilizar, não só porque são inadequadas, como porque dali não podem ouvir perfeitamente os discursos pronunciados das bancadas afastadas, tal a proximidade da acústica do recinto, fato aliás sabido de toda a Casa e do público que nos honra com a sua presença.

Só ouvem quando o orador tem a voz estentórea. Mas mesmo assim não podem arriscar-se a permanecer a mesa que lhes é destinada, porque, de repente, surge um aparte, traço, algo em surdina por um Senador mais próximo do orador, ou se entrecruzam apartes e o orador baixa a voz. E é da responsabilidade dos taquígrafos registrar tudo quanto se fala no Plenário, em voz alta ou em voz baixa.

Dai o espetáculo desagradável, chocante, que os Srs. Senadores presenciavam todos os dias: taquígrafos aos pares correndo de cá para lá, atravessando as passagens intermediárias das bancadas; interrompendo-se entre o orador e os que o ouvem; debruçando-se sobre apartes para colherem intervenções dadas em voz baixa, com microfones desligados; anti-regimentalmente voltados de costas para a Mesa, pois que o trabalho, realizado em tais condições, nem sempre lhes permite pensar em tais etiquetas, dificultando a visão e o movimento dos Srs. Senadores, ou então sendo dificultados em sua tarefa pelos próprios membros da Casa, que têm necessidade, evidentemente, de se locomover no Plenário.

Além da balbúrdia que estabelecem no recinto, na qual são ainda “ajudados” pelos contínuos que ali servem para levar correspondência, para entregar avisos de pessoas que desejam falar aos Srs. Senadores, para ligar os microfones das bancadas, pois raros são os apartantes que atentam para esse pormenor; além dessa balbúrdia, que compromete a seriedade de uma sessão do Senado da República, há que ser levado em conta o aspecto humano do problema.

O trabalho de taquigrafia já é de si penoso. Mais penoso ainda é taquigrafar de pé, sem nenhum apoio para o braço, nem para a mão. O taquígrafo apoia-se exclusivamente na ponta do pé, não comprometendo a velocidade da escrita. A Taquigrafia já oferece as dificuldades inerentes a ela própria. Qualquer inclinação maior, para a esquerda ou para a direita, de qualquer traço, muda,

desfigura, altera a sua significação. Qualquer traçado, com imperfeição, o que é comuníssimo ao se taquigrafar sem apoio da mão e à pressa, torna difícil a tradução, dá ensejo a erros e mutilações. Tente uma pessoa escrever de pé, durante cinco ou dez minutos ininterruptos, pelo processo da escrita comum, na sua caligrafia habitual — em que não tem importância inclinar mais para a direita ou para a esquerda qualquer letra, porque essa letra continuará sempre sendo a mesma; tente escrever durante cinco ou dez minutos com a vagareza ou ligeireza que entender, com a calma natural do seu temperamento, e veja quanto é cansativo e incômodo escrever nessa posição. Agora, imagine como difícil, cansativo, senão mesmo extenuante, e fazê-lo, em escrever de pé, não com a calma decorrente do seu temperamento, não com a vagareza que entender, mas sim de acordo com a excitação temperamental do orador, com a velocidade com que se expressa, o que frequentemente leva o taquígrafo a deformar os sinais; imagine o repetido durante quatro horas, que é a duração normal da sessão, de trinta em trinta minutos — espaço entre uma e outra entrada sua no recinto — sem descanso, porque no intervalo dessas suas intervenções no Plenário é que traduzem as notas que tomaram: imagine isto durante o dia inteiro, a semana inteira, o mês inteiro, o ano inteiro, e chegará à conclusão de que proporcionar melhores condições materiais para tornar menos fatigante o trabalho do taquígrafo é ato de humanidade.

A primeira providência para solucionar o caso é dotar a Taquigrafia de duas mesas no Plenário, exatamente iguais às da Câmara dos Deputados, isto é, com ligação direta a fios dos microfones, tanto das bancadas como da Mesa, com alto-falantes, dispositivo para regulagem do som, relógio-cronômetro embutido, cadeiras de assento rotativo e de altura regulável, obedecendo, naturalmente, o estilo do mobiliário do Senado.

As mesas que atualmente estão no Plenário, foram colocadas a título provisório, em maio de 1960, logo que o Senado começou a funcionar em Brasília. Era uma solução substitutiva, mas permanente até hoje, como tantas outras coisas provisórias que se eternizam neste País. Ali estão elas, pesadas, anti-estéticas, desordenadas dos elementos técnicos necessários chocando-se com o ambiente estuante de magestade arquitetônica.

Indagará-se por que lá continuam até hoje, se não servem ao seu fim? Por que não foram tomadas providências para a instalação de outras, adequadas e condignas?

Estamos visitando os vários setores administrativos da Casa para conhecer o seu funcionamento e observar possíveis inconveniências com a Administração. Podemos, em consequência, responder àquelas indagações.

Foram tomadas, sim, as providências.

Em junho ou julho daquele mesmo ano de 1960, a direção da Taquigrafia solicitou ao então Primeiro Secretário, o saudoso Senador Cunha Melo, autorização para instalá-las, isto é, as novas. A autorização foi concedida verbalmente. A direção da Taquigrafia fez estudos junto com o técnico da RCA, que então cuidava da instalação dos serviços de som das duas Casas do Congresso e havia instalado, inclusive, as mesas do Plenário da Câmara dos Deputados. O desenho foi feito, o carpinteiro do Senado colaborou na adaptação,

das mesas ao estilo das bancadas do Plenário, colocou-as na escala conveniente, e o chefe do Gabinete do Primeiro Secretário levou, em uma das suas viagens ao Rio de Janeiro, as plantas para serem executadas. Aquê tempo não havia carpintarias em Brasília.

As plantas foram entregues à firma que se encarregaria de sua execução, mas as mesas não foram feitas, nem as plantas foram devolvidas.

Mais tarde, na ocasião em que os microfones foram instalados nas bancadas, era propícia, também, a instalação das mesas para taquígrafos, a direção da Taquígrafia voltou à carga. O chefe do Gabinete do Primeiro Secretário ficou de desenhavar as plantas, mas nunca apareceram. Perdeu-se, então, a oportunidade de conseguir aquilo por que se vinha batendo a direção da Taquígrafia.

A instalação das mesas no Plenário, com todo o aparelhamento adequado, é medida que não pode e não deve ser procrastinada, em virtude dos inconvenientes que apontamos com o fim de cooperar com a Comissão Diretora dos nossos trabalhos.

E a justificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

— Sobre a mesa Requerimento de Informações que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido o seguinte

### Requerimento nº 207, de 1963

Requerio, na forma regimental, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1 — Quais as dotações orçamentárias efetivamente entregues à administração do antigo Território do Acre, durante o ano de 1962, e ao Governo Provisório do Estado, durante o mesmo ano;

2 — se foram concedidos créditos especiais, ou suplementares, durante o período acima, para que finalidades, e mediante autorização de que origem;

3 — no corrente ano, e até a presente data, quais as dotações orçamentárias, especiais ou suplementares, concedidas ao governo do Estado do Acre.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1963. — José Guimard.

O SR. PRESIDENTE:

— O Requerimento lido não depende de apelo nem de deliberação do Plenário.

Será publicado e em seguida despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

— Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1.º Secretário.

E lida a seguinte

### COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os fins convenientes, que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, nesta data reassumo o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1963. — José Feliciano.

O SR. PRESIDENTE:

— A Mesa fica ciente.

Está lida a leitura do expediente. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, é irrecusável que já se consolidou no resignado propósito do Congresso a certeza de que os níveis da despesa com o pessoal civil

e militar da União sofrerão o impacto aumentista de setenta por cento, além de uma imprevisível majoração na rubrica do salário-família.

O Governo, no ensejo da remessa da mensagem da nova fixação salarial dos funcionários, salientou, de modo peremptório, que ali se continha o máximo de concessão suportável pelo Erário.

Nesse sentido, seus pronunciamentos foram reiterados, e até enérgicos, parecendo se conter em termos de irredutibilidade.

Logo após, ouvimos nesta Casa, quando de sua substancial e honesta exposição sobre os resultados de sua recente missão aos Estados Unidos, o eminente Sr. Ministro da Fazenda declarar que o País não suportaria majoração que extrapolasse o teto de quarenta por cento, previsto pelo projeto governamental. Todos nós lembramos que S. Excia. foi ao extremo de dizer que a manutenção daquela percentual era um desafio ao patriotismo dos membros do Congresso Nacional e que o Governo não recusaria daquela determinação, pois, se se alterasse o limite da despesa, estariam desmantelados e ríto todos os esforços em prol do saneamento financeiro e do desenvolvimento econômico do Brasil.

Surgiram, porém, as pressões — cuja legitimidade não colocamos em dúvida — sobre o Sr. Presidente da República, através de um movimento nacional, partidado dos interessados, e o Governo resolveu substituir a firmeza vestibular pela capitulação total.

Sua bravura teve a transitividade das manhãs de abril.

Sua coragem não se igualou em tempo sequer à duração das "rosas de Malherbe".

Mas, Senhor Presidente, para não ficar em posição moral incômoda perante a opinião pública, o Governo justificou sua concordância à formulação das bases do aumento com a condição de o Congresso dar-lhe os respectivos recursos estipendiadores.

Ante essa cordial imposição, a liderança situacionista da Casa vizinha, com a ternura romântica daqueles que só vê rosas e não vê espinhos, vocacionada para a crença infinita no milagre da multiplicação dos pães, inclina-se para a adoção de uma fórmula mágica: o empréstimo compulsório.

O mal deste País, no setor que ora analisamos, é que toda vez que a União se prepara para outorgar majorações salariais à sua digna comunidade funcional, ocorre apenas o diálogo Governo — servidor federal. Ditas entidades exclusivamente são os os juizes soberanos da operação aumentista.

São esquecidos o Estado e o Município brasileiros, relegados sempre à condição degradante de marginais e de párias da Federação. Ao barquete dos direitos não podem comparecer, porque só lhes é lícito permanecer nas oficinas dos deveres, e na trincheiras das obrigações.

Seu destino é dedicar-se à poupança e ao sacrifício, por que a madrinha, refugida dos enteados, possa ver pela sorte e zelar as necessidades e ao bem estar dos filhos ditos.

Não atenta o Governo Federal para o fato inquietador e criminoso de cada aumento, assim em bases tão altas, apesar de justificáveis, gerar repercussões insofríveis e enfermidades letais em nossas unidades federativas em nossas comunas, que, além de serem obrigadas a reajustar os vencimentos de seus servidores e, com isso, apelar para novas imposições fiscais, vêem cada vez mais encurtadas as possibilidades de obter o benefício da canalização para os seus territórios de recursos financeiros e técnicos da União.

A história dos chamados "planos de economia" da Administração nacional

surgiu em decorrência do primeiro substancial aumento de salários dos servidores federais.

Tal prática originou o desequilíbrio das finanças regionais, realidade contristadora agravada pela construção galopante de Brasília, responsável pelo impressionante esvaziamento da economia do nosso interior.

Restava aos Estados e às suas unidades-membros a esperança de poder contar com a cooperação orçamentária da União, através de dotações de iniciativa dos Ministérios ou conseguidas pelo trabalho dos seus representantes nas duas Casas do Congresso.

Essa colaboração, que tem a finalidade de suprir a ausência de recursos próprios, motivada pela desastrosa competição financeira do Governo Federal, torna-se hoje quase nula, o que deixa os orçamentos dos circunscrições interiores incapazes de atender à demanda sempre crescente das suas carências e necessidades.

O corte de verbas aí esboço, constantes, como características que podemos qualificar de históricas. A esse respeito, vem à colação uma verdade atordoantemente desalentadora para os nossos Estados e Municípios: na programação financeira trapada para o Tesouro Nacional no corrente exercício consta um agressivo e impiedoso plano de economia da ordem de 260 bilhões de cruzeiros.

Acrescente-se a essa cifra, já de si predatória, a nova contensão que há de decorrer do projetado aumento de alários dos servidores públicos, e se chegará à conclusão de que existe neste País uma delinquência federal organizada e atuante contra as nossas unidades estaduais e municipais.

Constata-se, por via de consequência, que a União não aceita impor sacrifício, nem espírito de renúncia, aos seus agentes funcionais, porque julga à sua disposição, sistematicamente, uma criminalidade política de corrupção e de assalto contra os governos estaduais e as entidades, negando-lhes a assistência que e do seu dever proporcionar, ao mesmo tempo em que, acirrando a elevação do preço dos serviços e encargos e serviços, pela exacerbação espantosa do custo de vida, retrai-lhes a oportunidade de realizar o desenvolvimento econômico e social das suas comunidades.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. José Guimard — V. Ex. tratando desse assunto deve lembrar de que o fato de citar, nesta Casa, há pouco tempo, pelo Sr. Ministro da Fazenda, Professor San Ilago Dantas.

O SR. EURICO REZENDE — Antes no princípio do meu discurso salientei — e eu o digo agradecendo a valiosa contribuição do seu aparte — que o eminente Ministro da Fazenda daquela tribuna, numa exposição substancial e objetiva, dargando para esta Casa, para o Congresso Nacional e para a opinião pública, que era ponto de honra para o Governo não deixar ser extrapolado o teto aumentista de quarenta por cento.

Nesse campo de odiosidades, cumpre salientar, também, que, emisso nos seus deveres para com o sistema administrativo dos Estados e Municípios, sempre que ocorre a insatisfação, traduzida nos protestos e greves de trabalhadores, o Governo Federal, inobstante ser o responsável por esses males, agride o trabalho e o patrimônio da livre empresa impondo-lhe obrigações às vezes insuportáveis para com seus operários e empregados transformando assim a iniciativa particular em sucursal e filial do Tesouro Nacional em todos os rincões do País, assaltando-a, saqueando-a e liquidando-a, como se já estivéssemos num regime de comunicação.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex. outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com satisfação.

O Sr. José Guimard — Não entendendo onde V. Ex. pretende chegar porque o Governo Federal não pode como atender aos funcionários estaduais e municipais. Reconheço que a vida é a mesma para todos os brasileiros e isto ocasiona para os funcionários citados por V. Ex. uma situação, digamos, injusta; mas, vamos como possa o Governo Federal atender a essa circunstância. V. Ex. sabe muito melhor do que eu, Professor que é de Direito, que os Estados e Municípios são autônomos, e os seus funcionários, portanto, sozinhos, devem das Previsões dos Estados.

O SR. EURICO REZENDE — Não tenho, mais uma vez, a satisfação do meu agradecimento a sua intervenção e tenho a impressão — e esta é a tese desenvolvida no meu discurso — de que o Governo Federal não por onde atender pelo menos as implicações e as consequências agravadas, decorrentes dos aumentos salariais declarados ao seu pessoal civil e militar. Os Senhores Senadores e Deputados, anualmente, tomam a iniciativa de incluir no Orçamento da República, verbas destinadas ao atendimento das necessidades regionais dos Estados e dos Municípios. Essas dotações existentes no Orçamento vigente, totalizam para todo o Brasil, a cifra de quase oitocentos bilhões de cruzeiros. O Governo Federal entarrou este montante bifurcando duzentos e sessenta bilhões que entram em corte definitivo e quatrocentos e cinquenta e sete bilhões aproximadamente de dotações existentes no Orçamento, outros de auxílio direto aos Estados e Municípios e a maior parte destinada a fortalecer os serviços e os órgãos federais nos Estados.

Desta eu, esta dotação no montante de quatrocentos e cinquenta e sete bilhões de cruzeiros o Governo Federal transferiu o seu gasto para os próximos exercícios.

O Sr. José Guimard — São que todas as dotações para obras nunca para a pessoa.

O SR. EURICO REZENDE — Não Excelência, e que nas dotações para obras dos Estados e Municípios abram recursos aos orçamentos estaduais e municipais para melhoria de índices salariais aos seus servidores. Vale dizer: o Plano de contenção de despesas, o Plano de economia e a transferência de gastos para os próximos exercícios esvaziam por completo as possibilidades dos Estados e Municípios antes com o apoio da mão orçamentária da União o que quer dizer os Estados e suas Unidades-membros terão de apelar fatalmente para novas imposições fiscais com penos e assistantes reflexos negativos sobre seu desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Precisamos, quanto antes, porque de nós será tarde demais, evitar dos responsáveis pelos destinos do Brasil, um critério diferente de que está para a concessão de aumentos salariais para os servidores federais.

Não basta que o Congresso descubra as fontes de recursos destinados a enfrentar o gravame inevitável.

Torna-se imperioso o estudo sério e profundo das implicações que esse problema causa na vida dos Estados e Municípios.

Certo nos parece que essas unidades da Federação arcarão de modo automático e contudente, com a majoração salarial deferida aos servidores federais. Têm o direito de receber do Governo da República os meios necessários com que fazer face às insuportáveis consequências dessa conjuntura.

Dois medidas, nesse sentido, me parecem acertadas:

a) Parcelônia nos aumentos de vencimentos, justificável, na hora que

essa pelas exigências nacionais do Espírito de sacrifício;

O sacrifício dos chamados planos de economia, para que os Estados e Municípios não se vejam privados do auxílio na União em bases razoáveis. Mantém o critério de só ouvir as reivindicações do seu funcionalismo e avultando, pesadamente, e uma única vez a União deve corrigir e retificar, sob pena de se confessar consciente de estar exercendo uma atuação financeira contra as nossas circunstâncias regionais e as células da nacionalidade.

A Carta Magna instituiu e o povo elegeu um Governo da República e não um Governo de classes. E a Federação pressupõe intervenção socioeconômica, com tratamento benéficamente promiscuo, de todas as unidades que a compõem e em seu favor sustentam o mesmo ideal e desenvolvem o mesmo esforço patriótico e construtivo.

Essas considerações, Sr. Presidente, me ocorrem frente ao quadro vigente em meu Estado, onde os Governos regional e municipal mostram-se perplexos e atemorizados relativamente à falta de colaboração dos poderes federais, agora prestes ao advento de condições para uma situação calamitosa, com a certeza do dilatado aumento salarial em vias de aprovação pelo Congresso Nacional.

Certo, aliás que essa projeção infelizmente cobre quase a totalidade dos nossos Estados, dando aos seus governantes e governados a certeza de que dias trágicos se encontram a visão de um futuro próximo.

E sabido que o produto básico da economia do Espírito Santo é o café, titular do comando orçamentário do Estado.

Sua produção anual reside na média de dois milhões de sacas, assentada nos seguintes quantitativos de árvores, de acordo com o que se constatou em 1960:

	Cafeeiros
Zona Norte .....	31.403.220
Zona do Baixo Rio Doce .....	115.242.047
Zona de Vitória .....	25.700.529
Zona de Itapemirim .....	9.199.310
Zona Serrana do Centro .....	65.943.644
Zona Serrana do Sul .....	112.301.072
<b>TOTAL .....</b>	<b>359.789.822</b>

Se houvesse uma política auspiciosa de preços, o nosso principal produto daria aos capixabas uma sensação de segurança quanto ao futuro, como ocorreu no passado.

Medidas postas em prática pelo IBC, de drástica e repentina restrição aos cafés considerados baixos, atingiram a comercialização cafeeira espartilhada, levando o desânimo aos lavradores pela ocorrência de preços sem atrativos.

Ademais, não tendo autonomia nas operações de compra e venda, que dependem do jogo do comércio mundial, o café sofre constantemente a ronda e os desestímulo de ameaça quanto às suas qualidades de liderança econômica, o que aconselha sempre a diversificação das culturas.

Os próprios técnicos advertem que "do ponto-de-vista agrícola, o problema mais sério com que se defronta o Governo neste Setor (Produtos de Exportação) é o da superprodução de café e consequente acumulação de estoques, de escoamento imprevisível, a pressionar negativamente os preços internacionais do produto".

Fosse, pelo menos, atenuado o confisco cambial, que é uma legalizada usurpação dos direitos do nosso homem do campo, outra seria a situação e o otimismo reinaria nos lares e nas frentes de trabalho dos nossos abandonados produtores.

Segundo se constata do censo de 1960, dos cinco principais produtos agrícolas do Espírito Santo, apenas o milho experimentou, na década, ele-

vação de rendimento por hectare: ascendeu de 822 para 873 quilos. Como se vê, um aumento inexpressivo.

O café desceu de 948 para 827 quilos, o que, naquela época, já era um prenúncio desalentador em várias regiões, o mesmo tendo ocorrido com o arroz, que regrediu de 763 para 636 quilos; com a cana-de-açúcar, inferiorizando-se de 17.129 para 14.910 quilos, e com a banana, declinando de 691 para 364 cachos.

Frente a essa situação de dificuldades, o Governo do meu Estado vem mantendo, heróicamente, em dia o pagamento do seu funcionalismo, mas sendo obrigado a sacrificar o seu plano de obras e equipamentos, que contava com a solidariedade orçamentária da União, cooperação hoje transformada em ilusão e miragem.

Os órgãos federais localizados no meu Estado, todos eles dirigidos por pessoas altamente credenciadas, representam-se da liberação de verbas indispensáveis à execução dos seus programas e só, a muito custo, vez por outra, contam com a disponibilidade de uma dotação. Com essa política de exagerada contenção, entrava-se o processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo e ampliava-se os limites do desemprego.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com todo prazer.

O Sr. José Guimard — Creio que não existiu ainda Governo federal capaz de cumprir os orçamentos votados pela Câmara e pelo Senado. O que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo é muito justo, muito certo, mas, a não ser que façamos uma lei de orçamento bem feita, continuará não havendo Poder Executivo capaz de cumprir o orçamento federal.

O SR. EURICO REZENDE — Data venia, nem seria possível cumprir integralmente o orçamento federal, em virtude da atual situação financeira do País. Mesmo porque o orçamento não é uma lei compulsória, é lei de meios, com a autorização do plano de Governo.

Mas, o que ocorre, — e implicitamente dou parabens ao Estado de V. Ex<sup>a</sup> que, naturalmente, está recebendo toda a solidariedade orçamentária da União — pelo menos em relação à minha província, é o trançamento na drenagem de recursos técnicos e financeiros, fato habitual e mais do que isto, brutal.

E' que o Governo da União, já em dezembro de 1962, além de cortes inapeláveis de verbas no total de 260 bilhões de cruzeiros, colocou na sua programação de alegado saneamento financeiro a transferência de gastos para outros exercícios no montante de 475 bilhões de cruzeiros, o que representa, mais do que um infortúnio, um inferno para os Estados e Municípios, que, além de não poderem contar com a atuação desenvolvimentista dos órgãos federais interiorizados perdem a oportunidade de solucionar seus problemas fundamentais através de convênios, hoje de número irrisório e amanhã fadados ao desaparecimento.

Enquanto tudo isso se passa, prepara-se o Governo da República para outorgar aos seus servidores um aumento salarial na base que me parece inédita no mundo. Não ponho em dúvida a justiça da medida, nem o percentual da sua incidência, mas censuro a ausência de cuidados e providências acuteladoras dos interesses fundamentais, sagrados e irrecusáveis das unidades federativas, que, na sua quase totalidade, contemplam, no egoísmo do diálogo União-funcionário o impacto da sua perplexidade a causa do seu drama, a fatalidade da sua desorientação e a certeza maldita de um presente sem esperança e de um futuro sem horizontes.

Se esse sistema perdurar, se essas sanções, que mais parecem bloqueios

de país contra país desavindos, não forem contidas, talvez possa ocorrer a ressurreição da vilipendiada "política dos Governadores", geradora da Revolução de 1930, não no sentido de então, mas com outro objetivo: o de se opor, de qualquer maneira, à insensatez dos altos poderes da República, que estão desfigurando a Federação e martirizando as bases da Nacionalidade, discriminando direitos e lançando perigoso desafio à revolta e ao desespero.

Deposito e gravo nos Anais do Senado, porém, o meu apelo, dirigido ao Congresso Nacional, para que, na iminente oportunidade da sua decisão quanto ao projeto de aumento de salários da dedicada classe dos servidores públicos, ofereça aos Estados e aos Municípios a fórmula capaz de pelo menos atenuar as implicações do problema nas suas jurisdições e de compensá-las das consequências agressivas do gravame nacional.

Assumimos com o povo das nossas regiões e dos nossos rincões amados o compromisso de honra de defender o seu bem-estar social perante os altos conselhos da República.

Sejam dignos da palavra que empunhamos, na trepidação dos comícios e na caminhada da campanha eleitoral, diante da esperança e da fé das multidões insatisfeitas, construtoras ontem dos nossos mandatos e que serão amanhã o tribunal impiedoso do nosso julgamento. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Eurico Rezende, o Sr. Nogueira da Gama deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Guido Mondini.

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se presente o Sr. Dylton Augusto Rodrigues da Costa suplente convocado para substituir o Sr. Senador Júlio Leite durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado de Sergipe.

Designo, para a Comissão que deverá introduzir S. Ex<sup>a</sup> no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental, na forma do disposto no artigo 6º do Regimento Interno, os Srs. Senadores:

Leite Neto;  
Heribaldo Vieira;  
Eurico Rezende.

Acompanhado da Comissão, entra no recinto, presta o compromisso regimental e ocupa lugar no Plenário, o Sr. Dylton Augusto Rodrigues da Costa (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 208, de 1963

Sob a profunda consternação causada pelo trágico acontecimento que acaba de vitimar o ex-Deputado Fernando Ferrari, privando o Brasil de um dos mais promissores e expressivos valores do seu cenário político, requeremos, com fundamento nos arts. 214 e 215-A do Regimento Interno, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento desse eminente homem público, que em várias legislaturas representou, com brilho, dignidade e idealismo, o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados:

a) inserção, em ata, de um voto de pesar;

b) apresentação de condolências à família do extinto, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Partido político — o Movimento Trabalhista Renovador — a que pertencia e de que foi o fundador.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1963. — Jefferson de Aguiar, Mem de Sá, Guido Mondini, Nogueira da Gama, Eurico Rezende, Amaury Silva, Argemiro de Figueiredo, Eugenio Bar-

ros, Walfredo Gurgel, Cattete Pinheiro, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho, Adalberto Sena, Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de discussão, mas de votação.

Para encaminhá-la, concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson de Aguiar:

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, fomos surpreendidos dolorosamente com o acidente que vitimou Fernando Ferrari, esse ilustre representante do Rio Grande do Sul que exaltou seu Estado e honrou a Câmara dos Deputados, durante várias legislaturas, onde, com seu idealismo, e fé cívica pôde lecionar tudo aquilo que um homem pode fazer por seu Estado e pelo Brasil.

Fui colega de Fernando Ferrari na Câmara dos Deputados e, mais tarde, convivendo com ele, vizinhos que fomos nesta Capital, pude verificar seus dotes extraordinários, que o credenciavam ao respeito de toda a Nação brasileira.

Chefe de família exemplar, bacharel ilustre, divergiu do Partido que o ajudara a subir no conceito público e a fortalecer-se nas eleições das quais participara e organizando, então, o Movimento Trabalhista Renovador, onde aglutinou um pugilo de idealistas que porfiava em honrar as hostes partidárias nas lutas pelo engrandecimento do Brasil.

E' terrível e trágico o que o destino vem impondo aos homens públicos nacionais, ceifando aqueles que tão honrosamente cumprem os mandatos outorgados pelo povo.

Constituiu-se em tragédia para o Brasil a mais aquela que enluta a Nação, como há bem pouco tempo um outro idealista, homem admirável e singular, Geraldo Menezes Côrtes, arrebatado pela morte num acidente de aviação.

Todos pagamos este tributo à vida pública. Ferrari pereceu na luta permanente em favor dos interesses da coletividade. Ao falecer, lutava pela aglutinação partidária e pelos melhores dias que previa para o Brasil.

Sr. Presidente, ao requerer este preito póstumo a Fernando Ferrari, manifesto toda tristeza da Nação, com a perda de um idealista e de um lutador pelo engrandecimento da nossa Pátria. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o momento é daqueles em que não existe, nesta Casa e no Congresso Nacional, maioria nem minoria. O que vemos — como não poderia deixar de ser — é uma unanimidade de corações a cultivar a memória de um homem que tanto soube se impor à nossa estima pelos seus atributos pessoais, como se engrandecer na nossa aprecação por uma das mais notáveis e difíceis atuações políticas a que tivemos a ventura de assistir nos últimos tempos.

A despeito das divergências partidárias que nos dividiam e dos pontos ideológicos que nos segregavam, nunca deixou de existir em cada um de nós e em Fernando Ferrari uma nobre ligação e uma afinidade. Ferrari, embora um campeão do trabalhismo, inspirado, aquela época, por Getúlio Vargas, teve que divergir do seu Partido, mas nem por isso desviou-se dos caminhos que conduzem à estrada

real, indicada pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Explica-se a atuação de Fernando Ferrari pela sua própria formação de sociólogo que o levou a firmar-se no nosso cenário político, a formar-se naquela mesma planície da vida brasileira, a que ele se referia no adeus à Câmara dos Deputados, que tenho em mãos, neste momento.

Como uma verdadeira personalidade, embora não divergindo em doutrina dos antigos companheiros, tinha, entretanto, métodos e processos próprios de conseguir os seus objetivos.

Sr. Presidente, não desejo me alongar nesta análise. Quero apenas chamar a atenção dos nobres Senadores para os aspectos particulares na vida desse brasileiro aspectos que mostram como tinha ele visão larga dos problemas nacionais.

Fernando Ferrari era, sobretudo, um populista; um homem que olhava o povo na sua totalidade e não apenas na sua fragmentação de classes. O sentido geral que ele tinha quando analisava os nossos problemas sociais, encontramos, também, quando encarava os mesmos problemas do ponto de vista geográfico entre nós.

Dedicado ao seu Estado, como acabamos de ver no simples fato de ter lá morrido, em plena luta pelos seus ideais, Fernando Ferrari jamais — como disse no seu discurso de despedida — discriminou entre brasileiros. Tinha ele, ao não discriminar os brasileiros, a visão larga a que me referi. Ao analisar os nossos problemas, os via sobretudo nas suas causas profundas, pensando mais nos remédios que extirpam as raízes dos nossos males, do que naqueles que apenas se dirigem aos sintomas e a que muitas vezes somos levados, pelas circunstâncias do momento.

Dois fatos, duas atuações entre as muitas que teve, — disse Fernando Ferrari que tomou a iniciativa de mais de trinta projetos em bem do povo — quero assinalar, foram duas iniciativas de sentido profundo: a primeira, verificar pelos seus estudos, a necessidade de elevar a cultura do povo, para, nessa base, resolver aqueles problemas; e eu que sempre militei nas causas da educação nacional, o registro aqui com prazer: foi ele um dos grandes contribuidores para a disseminação do ensino no Brasil, e, assim, contribui foi porque havia dividido nesse panorama, que era preciso trazer a própria contribuição do povo para a sua solução.

Deve-se a Fernando Ferrari a inspiração e até mesmo a criação de uma campanha de amparo às Fundações educacionais em nosso País. Em vez de preocupar-se com projetos de lei que talvez não fossem aplicados, como muitos não o são, procurava trazer a própria contribuição do povo, a própria contribuição dos nossos senhores sociais, para a solução dos problemas da educação popular no Brasil.

Sua interferência atuante na elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, é outro ponto em que se afirmou a sua personalidade. — votado inteiramente para o bem geral e para o bem de todo o Brasil. Embora eu aqui esteja falando também por delegação do Partido Trabalhista Brasileiro, a que ele pertenceu e honrou não obstante ter-se tornado depois não o chefe de uma facção divergente, mas o chefe de um grande movimento suprapartidário, tenho motivos para associar-me com muita comovimento a esta homenagem, a estas lágrimas que vemos pela morte de Fernando Ferrari. E' que, dentro da visão ampla de olhar sempre não apenas para o seu Estado, mas para atender aos reclamos das necessidades nacionais onde quer que elas surgissem, Ferrari se tornou também um grande amigo da minha terra, um grande amigo do Acre.

Lerei para que fique registrado neste discurso e, portanto, nos Anais

desta Casa, carta que há menos de um mês recebi de Fernando Ferrari em resposta a telegrama que lhe dirigira agradecendo referências que havia feito ao Acre, em artigo publicado no matutino local:

"Meu caro Senador Adalberto Sena:

Ao deixar Brasília para voltar a meu domicílio no Rio, folgo em anunciar o recebimento do seu expressivo telegrama.

Asseguro-lhe que tenho uma estima especial pelo seu nobre povo acreano e tudo farei para servi-lo.

Conte V. Ex<sup>a</sup> com a minha colaboração desinteressada e permanente.

Bem cordialmente;

as) Fernando Ferrari"

Agora, ao terminar, é a hora de me dirigir a Fernando Ferrari.

Bem sabemos, Ferrari, que a tua colaboração era desinteressada, mas mas não quis a Providência Divina que, na Terra, ela fosse permanente. Desde que era tão boa, tão justa e tão bela, e Deus por isso mesmo te chamou para o seio de seus eleitos, resta-nos, a nós acreanos, a quem tanto estimaste e mesmo amaste, este consolo: de que existem no Brasil os teus continuadores, e de, junto a Deus estarás para velar por nós. (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Senador Adalberto Sena, o Senhor Nogueira da Gama, reassume a Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

#### O SR. MEM DE SÁ:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador). — Senhor Presidente e Senhores Senadores, ao registrar o falecimento de Fernando Ferrari, penso que o melhor elogio que eu lhe posso fazer em nome da Bancada de meu Partido, e em nome do Senador Daniel Krieger, que me telefonou especialmente pedindo que também expressasse os seus sentimentos; o melhor elogio que eu lhe posso fazer, dizia, está em lembrar em rápidos traços a sua carreira política que bem se pode chamar de fulgurante.

Conheci Fernando Ferrari quando ele nela ingressou em 1947, eleito Deputado estadual e Constituinte rio-grandense. Da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro que ele então integrava, também faziam parte Leonel Brizola e João Goulart, e os três eram liderados por José Diogo Brochado da Rocha, uma das figuras mais completas de parlamentares que eu conheci, homem realmente dotado de excepcionais qualidades para a tribuna, para as Comissões e para a liderança partidária. Fernando Ferrari e Leonel Brizola, muito devem a José Diogo Brochado da Rocha que, como um autêntico líder, tomou pela mão os dois moços, bisonhos em política e desconhecedores ainda das dificuldades da vida parlamentar.

Ninguém diria, Senhor Presidente, que estas três personalidades rio-grandenses depois daquele quadriênio de deputação estadual, tivessem o destino brilhante que lhes estava reservado. Realmente, não feço injustiça, mas ao contrário vou realçar os dotes de Fernando Ferrari, dizendo que a sua passagem pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, não se revelou excepcionalmente brilhante ou fecunda, não deixando mesmo prever o desdobramento da sua carreira política. O certo é que, eleito Deputado Federal em 1950, desabrocharam-lhe as faculdades no decurso do seu mandato na Câmara Federal. Fêz simultaneamente, então, o curso de Direito,

no Rio de Janeiro, somando os conhecimentos jurídicos aos que já trazia como diplomado no Curso Superior de Administração e Finanças, que era o que então existia nas Faculdades brasileiras.

De 1953 em diante, é que Fernando Ferrari passou a desempenhar a atividade de que deu a projeção nacional que conquistou. Inicialmente, continuou liderado de José Diogo Brochado da Rocha que conduzia, então, com excepcional rilievo, a Bancada do P.T.B. na Câmara Federal. Mas à liderança de José Diogo Brochado da Rocha sucedeu, logo após, a liderança de Ferrari. Aquela que sete ou oito anos antes era um principiante no ofício, em pouco tempo se viu guiando a direção de uma das maiores e mais autênticas bancadas da Câmara Federal. Foi no exercício da liderança da Bancada do P.T.B., que ele então ganhou as primeiras auras de sua popularidade. Realmente, quatro anos depois, tornando novamente ao pleito conseguiu ser o Deputado mais votado do Brasil, naquela eleição.

Sr. Presidente, este ligeiro esboço já demonstrava a rapidez com que Fernando Ferrari ganhou as posições e a projeção. E, nessa altura, entrando em conflito com a direção de seu Partido, dele divergindo por motivos vários, lançou-se ao arrojado de promover uma dissidência desafiando a coação do grande Partido populista do Brasil e conseguiu aquilo que poucos políticos brasileiros poderiam conseguir, estruturar um Partido, em torno do seu nome, tendo por ideal o mesmo programa da sua velha agremiação política; mas, querendo imprimir à ação um estilo próprio, um estilo muito pessoal, obteve — dizia — o que raros poderiam conseguir: estruturar o seu Partido sob a denominação de Movimento Trabalhista Renovador.

Ele se lançou logo a uma empresa que poucos acreditavam possível a um político: novo como ele ainda era, se fez candidato a Vice-Presidência da República e, se não logrou a vitória, demonstrou, sem dúvida nenhuma, que ganhara um renome nacional e uma popularidade ao longo de todo o Brasil.

Teve, entre outras a grande satisfação, naquele momento, de haver derrotado em seu solo natal o seu grande concorrente que é hoje o Sr. Presidente da República. Foi uma vitória assinalada que enche de brilho a vida pública de Fernando Ferrari. Prosseguindo nesta sua ação impetuosa, dois anos depois se fez candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desafiando, novamente, suas estruturas políticas de grande firmeza e organização: de um lado, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro e de outro, o candidato de uma coalizão que reunia cinco agremiações partidárias.

Fernando Ferrari como no pleito presidencial de 1960, correu então verdadeiramente só isto é, sem o apoio de uma estrutura política, sem um quadro de direção que lhe espaldasse a candidatura, lutou com bravura e denodo excepcionais e — tão grande foi seu esforço e tão comprovada a sua popularidade que, embora não eleito, soube ele tirar das urnas cerca de trezentos mil sufrágios o que, no Rio Grande do Sul, tendo em vista a disciplina partidária e o enquadramento do eleitorado dentro da associação política, é um feito digno de realce e que, longe de deslustrar o candidato o exalta e exalta.

Divergir, Sr. Presidente, meu Partido divergiu de Fernando Ferrari, nos dois grandes pleitos a que ele se lançou. Cremos mesmo que a sua candidatura a Vice-Presidência da

República trouxe um mal immedievável ao País; mas, apagadas as divergências diante da majestade da Morte, com sinceridade e emoção regozijo o pleito de homenagem, que é devido, a um homem de meu Estado, que merece honrar muitas das tradições da gente do Rio Grande. Sobre ele, desejo ressaltar na personalidade de Fernando Ferrari a sua obstinação, a sua captação de ação e... Conprova ele ser um predador inatimável, que se não amedrontava na apreenhiva diante das maiores dificuldades e dos mais temidos adversários. Lutou desassombradamente, dentro do seu Partido e, depois, fora dele, contra os homens que antes tinham sido seus correligionários.

Quis empunhar e prosseguir o estilo político de Alberto Pasqualini e, se não teve a convergência, a cultura, a estrutura intelectual e científica de Alberto Pasqualini, que foi para ele um nome excepcional no Brasil, teve, em compensação, a capacidade de combater, de ação e de agitação que falecia no grande teórico do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ferrari foi um lutador, um lutador ambicioso, que não se amedrontava diante de todos os obstáculos: lutou por idéias, que ele acarinhava e defendia, e lutou, sobretudo, por um estilo político que lhe era muito peculiar. Tinha algo de predestinado e por isso mesmo timbrar nesse aspecto. O que é verdade é que sua oratória foi, fluente e, por vezes, brilhante, embora profundamente em largas camadas do povo brasileiro.

Ele foi um político que se fez compreender. Foi um político que encontrou ressonância em grandes setores da opinião nacional; sensibilizou, especialmente, as classes médias, o eleitorado feminino a quem se dirigia com especial empenho e calor e, com as qualidades e peculiaridades de que era dotado, se afirmou como um líder, inegável, como um estruturador e um condutor de partido e de massas e, portanto, respeitáveis.

Falece tragicamente, ainda moço, quando pensava estar em meio da escalada dos postos com que sonhava. Morreu, como devia ter morrido: em plena luta, morreu no afa da sua doutrinação e do seu preconceito eleitoral.

A sua morte enche de pesar o Rio Grande do Sul, porque, lá, quaisquer que sejam as divisões partidárias que separem seus filhos, o homem aprende a respeitar o adversário de merito e de valor. Ferrari merece por isso, dos rio-grandenses em geral e dos liberdadores, em cujo nome falo, o pleito de saudade que aqui tento exprimir.

Seu desaparecimento será sentido em todo o Rio Grande e, sobretudo, na grei eleitoral que ele plasmara, naquelas trezentos mil eleitores que lhe haviam consagrado o nome há menos de um ano. Por isso, Sr. Presidente, é com acatamento e emoção que consigno o falecimento de Fernando Ferrari como o de um rio-grandense que se fez credor da estima, da admiração e do respeito de todos os seus coestaduanos e de todos os brasileiros. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

#### O SR. GUIDO MONDIN:

(Para encaminhar a votação) (Le o seguinte discurso). — Sr. Presidente, eu o conhecia desde os despreocupados dias da infância vividos na tranquila cidade onde nasceu, São Pedro do Sul, no interior gaúcho. Foi encontrá-lo muitos anos depois, na Faculdade, e, mais tarde ainda, na Assembleia Legislativa do Rio Grande. O menino, o jovem, o homem amadurecido em idéias, formavam real-

meu e uma constante admirável. Veio para a Câmara Federal. Fêz-se líder, também vi encontrá-lo na Câmara. Observava-o. Conservava-se autêntico, sua lida sempre conservada, de p... com o realismo com que encunha os problemas nacionais, muito de mais. Um dia lhe fiz essa observação e ele me respondeu lendo um dos artigos do "Código de Ética do Estadista": "Se és incapaz de sonhar, não és velho; se o teu sonho te impede de agir segundo as realidades, não és inútil; se, porém, sabes transformar sonhos em realidades e transformar as realidades que encontras com a luz do teu sonho, então serás grande na tua Pátria e a tua Pátria será grande em ti". Não esqueci o recurso que usou para responder. — Ne e no dia em que fui abraçado, derrotado que fora nas eleições em que se candidatara, recentemente, ao Governo do meu Estado, citei-lhe outro item do mesmo Código: "Entre um lugar no governo e um lugar honroso na História, a preferir este, do qual ninguém poderá remover-te, nem aposentar-te". Talvez venha a ser assim — rezei-me ele — mas há muito caminho pela frente e há muito que fazer nesta pátria".

Quando ontem cedo recebi a dolorosa comunicação de sua morte, suas palavras acudiram-me à memória. Já não havia mais nenhum caminho à sua frente embora tudo quanto desejasse fazer continue por fazer.

Dez anos de luta política, tenaz, ininterrupta, persistente, fundaram-se entre chamadas de desastre brutal. Morreu em combate o líder, deixando-nos, porém, mais uma vez perplexos diante dos mistérios de Deus. Por que essa pressa em chamá-lo? Não era ele moço ainda, pleno de energia, disposto aos grandes combates pondo no seu ideal cérebro e coração a serviço da Pátria? Que importa agora indagar? Então não sabemos que nada mais importa diante da morte? O que importa, isto sim, é recolher os frutos do semeador. E ele os deixou abundantes. A fidelidade aos seus ideais, a tenacidade da sua luta, a grande tarefa que executou em nome do povo a elegância do seu combate em meio às paixões, a calma viril ao sofrer o peso das derrotas, são a sementeira que deixou pelo caminho percorrido, este caminho que ele julgava ainda ser tão longo.

Por muito ter dialogado com ele sobre os destinos do Brasil, amargurado com o inesperado de sua morte, meditava eu sobre o destino dos autênticos idealistas das coisas da Pátria, e procurava resumir seu pensamento que era o de construir um Estado para homens e segundo as necessidades dos homens, segundo as suas finalidades, a sua natureza, os seus direitos, os seus deveres a sua função e as suas aspirações justas. E que o Estado e a Nação sejam reciprocos espelhos onde possam contemplar suas reciprocas virtudes e seus mútuos sonhos de grandeza e de felicidade. Meu pensamento então confluiu para Fernando Ferrari para sentir com mais intensidade que perdemos um grande estêlo desta nobre pátria. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Leite Neto.

#### O SR. LEITE NETO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo, em poucas palavras, associar-me às homenagens que o Senado está prestando à memória do meu saudoso e inesquecível amigo, Fernando Ferrari.

Recebi a incumbência de falar também em nome do Partido Social Democrático e, de modo especial, da Bancada de Sergipe.

Conheci, há vários anos, o ex-Deputado Fernando Ferrari. Sou testemunha de que S. Ex.<sup>a</sup> sempre pautou sua vida pública pela linha da coerência, na defesa dos grandes ideais, trabalhando desassombada e desinteressadamente por eles.

Muitas vezes assisti às lutas intensas que travou na defesa das grandes aspirações de trabalhadores brasileiros. E' de lamentar seu desentendimento com seu primitivo Partido, ao qual tanto se integrou e pelo qual se bateu ardorosamente.

A verdade é que Ferrari morreu como legítimo trabalhista. Como trabalhista estudava ele os problemas dos trabalhadores, realmente animado do espírito de cooperação, examinando-os, percutientemente, em suas origens, procurando dar-lhes soluções adequadas, racionais e sensatas. Dentre as cooperações valiosas que S. Ex.<sup>a</sup> levou ao trabalhismo nacional está, incontestavelmente, a lei que ampara os trabalhadores rurais. Foi inspiração sua, sua iniciativa, pela qual bateu-se ardorosamente na Câmara dos Deputados.

Encerrando minhas palavras, Senhor Presidente, quero dizer que sinto que o País perdeu, neste momento, um homem público sincero, que realmente amava os grandes ideais da vida, os grandes ideais civilizadores, os grandes ideais pelos quais se batem os verdadeiros homens públicos deste País. — (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores com a morte em circunstâncias tão trágicas de Fernando Ferrari, homem de minha geração e da minha tenacidade, desgacha-se mais uma vez a vida pública brasileira.

E' lamentável, profundamente lamentável que da hora em que a Nação inteira se prepara para reformular seu pensamento diretor, perseguindo, insistentemente, perseguindo estugantemente, buscando democraticamente os caminhos abençoados de sua emancipação socio-econômica, é lamentável que desapareça aquele que podemos qualificar de jovem general do nosso patriotismo e, mais do que isso, de lutador audaz, a merecer a nossa confiança e os aplausos do Brasil inteiro. Estuante de mocidade, argamassado por convicções, cimentado por ideais que não surgiram da trepidação ou da baderna, da mediocridade, mas do estudo sério, do estudo profundo, da observação constante, Fernando Ferrari foi, além do mais, homem de cultura fascinante e apleudado orador no dizer do eminente Senador Mem de Sá muitas vezes brilhante — tocado pela autenticidade das jazidas inesgotáveis de um espírito público nacionalmente reconhecido e aqui, hoje, enflorado pelos discursos dos eminentes colegas.

Lidador audaz, intérprete legítimo e percutiente da alma popular, o que lhe valeu o inquilinato ideológico — como aqui se disse — de largas áreas da classe média; sempre inquieto, incessantemente inquieto diante dos sofrimentos do povo e na pertinácia da defesa dos problemas de base deste País, sem os distúrbios da demagogia, sem os atritos da ausência de opção; tudo isso realizou, em nosso espírito, a idéia de que Fernando Ferrari, depois da sua morte, bem que poderia ser considerado o Robin Hood da política brasileira. Agora, diante do seu túmulo e incensando sua memória — para nós sempre digna de respeito — a União Democrática Nacional estende a expressão sincera do seu pesar ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e ao Movimento Trabalhista Renovador, nesta Casa representado

pelo nosso eminente colega, Senador Aarão Steinbruch.

Não o veremos mais, Senhor Presidente, na sua atividade incessante e, sobretudo, no dorso de tanta fé, de tanta esperança e de tanta crença nos destinos do Brasil, e por isso lamentamos o seu desaparecimento.

Não o verão mais, na sua convivência cativante, na sua convivência amantíssima, a esposa virtuosa e os filhos ditos, que assistem agora a obra implacável da fatalidade sem enlanchas a desmoronar, a liquidar a vocação admirável do chefe querido na grande carreira, na carreira gloriosa, útil e necessária, que ele simbolizou e representou.

Conforta-nos, porém, Senhor Presidente, a certeza mil vezes bendita de que o exemplo da sua bravura, o exemplo da sua inteligência, o exemplo do seu espírito público, e, principalmente, o exemplo da sua inflexibilidade em matéria de padronagem moral, há de atravessar, há de extrapolar a algidez do seu túmulo, há de vencer os limites da sua própria geração para, finalmente, penetrar na História da Pátria Cristã e eterna! (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

#### O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nobres Senadores da República. Amigo de Ferrari, sofro terrivelmente e aceito, mas não me conformo, com o fato da sua morte, do seu desaparecimento, naquela idade em que ele, tanto amava a vida, tinha planos soberbos para a sua Pátria, para o seu povo, para a sua gente.

Bravo, persistente, tenaz, tranquilo, por que a sua consciência o era, perseguiu o Poder dentro dos quadros democráticos. Seus amigos não estavam preparados para sua morte. Lágrimas derramam hoje; muitos cobrem, com o indiferentismo, a sua tumba.

Fernando Ferrari atraía, pela sua proclamada honestidade, honestidade que era sua bandeira, bandeira que tremula, a meio pau, nos corações daqueles que tanto nele confiaram.

Preferia o vivo, porque o pranto de muitas carpideiras profissionais não reza o túmulo dos sensíveis aos problemas do povo.

Tobias Barreto, o gênio sergipano, prevendo o que lhe aconteceria depois da morte, num magistoso poema que a sua mente privilegiada tecera, deixara uma frase lapidar que eu guardo no esconderio de meu coração, com um cuidado todo especial, para que nada me confundia, nem as altitudes, nem as depressões, nem o cimo das montanhas, nem os vales. "Pobres ervinhas brotarão viciosas e o esquecimento brotará também". O crepe de esquecimento cobrirá eternamente a memória de Ferrari.

Afastou-se do seu Partido para não trair-lo. Tentou por todos os meios e modos levá-lo a aceitar as suas ideais. Sentindo que não traria para o seu lado a maioria do Partido que Vargas criou, assumiu a posição que só os dignos têm a coragem de assumir. Lançou uma proclamação ao povo brasileiro e foi, agora, se bater abertamente, francamente, tacape contra tacape, usando das mesmas armas, com aquela lealdade que era uma das características primeiras da sua personalidade marcante.

"Vianinha — diminutivo carinhoso que usava quando se encontrava comigo — vou ajudá-lo nas Alagoas. Surpreso, encontrando-se comigo perguntou-me: — "Vianinha, você, agora está na Guanabara? Pois vou ajudá-lo na Guanabara".

Quando dos debates em torno do Estatuto do Trabalhador Rural, dizia: "eu preciso de você, Vianinha, preciso da sua ajuda". Usava o ti, o tu. — "Preciso da tua ajuda".

Houvera o momento em que, aparentemente, nos encontrávamos em campos opostos, e, então, Ferrari buscava o alagoano que sempre amou o Rio Grande do Sul, para ajudá-lo na luta pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que, confessava ele humildemente, precisava ser aprovado, ser lapidado. Eu aceitei as emendas, conquanto que as idéias so-brevivam.

O Sr. José Guimard — As belas V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Pois não.

O Sr. José Guimard — As belas palavras que V. Exa. pronuncia com justa emoção, quero acrescentar que esse caráter que V. Exa. frisa do ex-Deputado Fernando Ferrari, pode-se dizer que abraçou a todos nós brasileiros, em todas as partes do Brasil. Nós, em região tão distante como o Acre, ali mesmo recebemos dele essa expressão de ajuda. E, não faz um mês sequer, no Diário de Brasília, ele publicava trabalho a respeito do nosso Estado. Foi o primeiro político brasileiro que, ali chegando, dizia: Sou pelo Acre porque sou filho da terra de Plácido de Castro.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, Ferrari foi mais nacional que regional.

O Sr. José Guimard — Apoiado.

O SR. AURÉLIO VIANA — O Rio Grande do Sul estava dentro do Brasil. A grandeza do Rio Grande do Sul seria função da grandeza do Brasil. A grande crise deste País, é que os homens públicos que aqui nasceram, são mais regionais que nacionais. Não entendem, não compreendem que esta Pátria é uma só; que a grandeza de um Estado sem que os outros cresçam, desenvolvam-se, é uma grandeza aparente, é um desenvolvimento aparente. E' aparência de desenvolvimento; desenvolvimento, não é. Daí, como um peregrino, um eremita solitário, sair pelo Brasil inteiro ...

O Sr. José Guimard — Do Rio Grande do Sul ao Acre.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... de alpagadas aos pés, partindo das colinas do Rio Grande do Sul, até os extremos da Roraima, numa pregação extraordinária.

Idealizou o Estatuto do Trabalhador Rural, que abrem imensas perspectivas, reconheço-o, a Reforma Agrária brasileira. Trouxe o direito escrito, o direito social para os campos deste País. O trabalhador urbano tinha o seu Estatuto libertador; por que não tê-lo, também, o homem do campo?

Noite e dia, dia e noite como um beneditino, aquele homem lutou, lutou e lutou, atirando até mesmo — e justiça se lhe faça — o seu ex-Partido, para a defesa da sua idéia.

E aí está a beleza da Democracia! Tantas magoas tivera o Partido Trabalhista Brasileiro porque perdera um de seus mais legítimos, um dos expoentes, um dos seus mais legítimos lutadores. E, de algum modo, ganhara Trabalhismo.

Mas, no momento de apoiar o Estatuto do Trabalhador Rural, lança-se o Partido Trabalhista Brasileiro à luta, e as idéias firmam-se até mesmo os adversários, quando dignos.

Reafirmo: o Estatuto do Trabalhador Rural, abriu perspectivas imensas à Reforma Agrária brasileira porque, na situação em que se encontra o mundo agrário, para que se dê cumprimento à Lei, há necessidade de uma profunda reforma. Infra estadual — dê-se-lhe o nome que se quiser dar — para que esses pequenos e médios proprietários, explorados como os camponeses sem terra, possam arcar

com a responsabilidade de, em obediência a lei, cumpri-la e executá-la.

Sr. Presidente, Srs. Senadores da República, a linha mestra do pensamento de Ferrari, a sua constante: a Democracia.

Inimigo político de João Goulart, eu me lembro — eu era um dos poucos que lutavam contra a implantação do parlamentarismo àquelles tempo, nos idos de agosto e setembro; o terreno era conquistado palmo a palmo. Uns doze ou quinze iam reagindo, reagindo e reagindo pelas maldrugadas — “Não se implanta dentro dos quadros democráticos uma ideia assim” — dizia Ferrari. Parlamentarista convicto desde sua primeira juventude, opinava-se decisivamente: “Desta maneira, não!”

Ele sabia que o grande beneficiário, o beneficiário, que não tivesse sido implantado o parlamentarismo híbrido que se criou neste País, teria sido o seu maior adversário.

Que esplêndido caráter e que esplêndida conduta! Falo do que conheço dele. E creio que foi esse caráter, essa honestidade que mais atraiu. Não havia outro motivo para que se formasse uma opinião em torno de Ferrari — deixara um grande Partido o partido dos trabalhadores; fundara um, o Movimento Trabalhista Renovador, a sua bandeira era a de Pasquale sustentada por Vargas. Nunca deixara os ensinamentos do velho Vargas, e porque principalmente partido da mocidade esse apoio, é que se cria na honestidade dele.

Criaram um clima de desonestidade nesse País: os honestos estão em dificuldade para sobreviver. Os impostos, os tributos são esmagadores. Pagamos os honestos, que muitas e muitas vezes, não a falência por não suportar-lhes o peso, e, em desespero, muitos honestos passam a agir como se desonestos fossem, para não perecerem de vez. E, quando alguém levanta a fâmula, a bandeira da honestidade e é crido, forma-se uma legião, que passa a apoiá-lo.

Estava, ali, o segredo de Ferrari. Inteligentemente, o seu pensamento não diferia muito do do seu ex-Partido. A fonte era a mesma.

E termino, Sr. Presidente. Sou um lacrimoso. Não aceito isto. O homem não morreu, não foi criado por Deus para morrer assim. Não culpamos a Deus, nem digamos que Ele precisa de isto, para destruir uma via preciosa. Os crimes são os culpados disso. Morreu Ferrari, hoje. Há poucos meses outro morreu. Perecem muitos partidários, políticos, não parti-los, indiferentes a política, vítimas todos, não de um determinismo que nós repudiamos, mas da incompreensão daqueles empresários que protegem por leis iníquas telhados em manter nos ares, sacrificando vidas de tripulantes, e de passageiros, aviões caídos ou sem a devida manutenção.

Creio que todos nós somos culpados. Que a morte um deles não é o fim, mas a vida ao nosso lugar. Perdeu um de nós, Deputado, Senador, Vereador, homem sem mácula. Não importa. Mas isto não pode continuar. A vida de Ferrari, as vidas dos que procuram antes deles, estavam ali, parando a frase novota, a palavra, se nós não fizermos justiça, as vidas farão por nós, se não casarmos as pedras clamariam.

Cenário espiritualista da corrente cristã, porque colocou o cristianismo acima das divergências seculares que dividem os homens, no campo religioso, aceito a permissibilidade. Deus permanece, mas não trageu a destruição das suas criaturas no campo da humanidade, da imortalidade. O homem não nasce para perecer daquela maneira.

Sr. Presidente, que releiem os Srs. Senadores a minha indignação. Estou revoltado e estou com saúde do meu amigo Fernando Ferrari. (Muito bem!)

# O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado. (Pausa).

Em nome da Presidência e da Comissão Diretora associo-me às homenagens muito sentidas, muito merecidas que acabam de ser prestadas ao ex-Deputado Fernando Ferrari.

Se é certo que os homens valem no passado pelo que realizaram, no presente pelas suas ações, e no futuro pelas suas ideias, Fernando Ferrari deixou um exemplo para o futuro, porque a sua obra é conhecida de todo o País no passado e, no presente, todos sabiam que nada mais fazia do que continuá-la de maneira brilhante e patriótica.

O seu desaparecimento abre uma lacuna, um vácuo, mas o futuro será superado pelo exemplo que ele deixou à mocidade e às gerações vindouras.

A Mesa tomará as providências necessárias a fim de cumprir o que foi aprovado pelo Senado. Enviará condolências à família do extinto, ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Movimento Trabalhista Renovador a que pertencia o ilustre desaparecido, do qual foi fundador.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

## COMUNICAÇÃO

Em 24 de maio de 1963

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista de disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado de Sergipe, em substituição ao Senhor Senador Julio Leite, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Republicano.

Atenciosas saudações. — Dytton Augusto Rodrigues Costa.

Nome parlamentar: Dytton Costa.

# O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica ciente.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

## Requerimento nº 209, de 1963

De acordo com o Regimento Interno do Senado requerio sejam solicitadas do Ministro de Minas e Energia as seguintes informações a serem prestadas pela Petróbrás:

1º) De que firma a Petrobrás comprou os tubos de aço que se acham armazenados no Cais do Porto de Recife?

2º) A que se destina esse material, quantas unidades foram adquiridas, a que preço cada unidade e qual o montante da operação?

3º) Em que moeda foi realizada essa operação, em que condições de entrega e pagamento e que empresa transportou esse material para o Brasil?

4º) Qual o preço atual desse material?

5º) Em que mês e ano foi realizada a compra e em que mês e ano foram os tubos descarregados no Porto de Recife?

6º) A quem cabe a responsabilidade da retirada desses tubos do Cais do Porto de Recife e para onde deveriam ser encaminhados?

## Justificação

Por intermédio da imprensa tivemos conhecimento de que os tubos estão armazenados no Cais do Porto de Recife, ameaçados de destruição, por estarem expostos ao tempo. Desse modo, a palavra oficial sobre o fato para que o caso de fundimento o noticiário dos jornais tivesse medidas severas que o caso requer.

Sala das Sessões em 24 de maio de 1963. — F. Pessoa de Queiroz

## Requerimento nº 210, de 1963

Nos termos do Regimento Interno, requerio sejam solicitadas do Ministro da Viação e Obras Públicas as seguintes informações:

1º) Qual a firma vendedora dos trilhos que se encontram no Cais do Porto de Recife?

2º) A que se destina esse material, para melhoramento das ferrovias do Nordeste, para a construção de novas ferrovias ou aumento das linhas das ferrovias já existentes?

3º) Quantas unidades foram compradas, a que preço, e qual o montante da operação?

4º) Em que moeda foi realizada essa transação e em que condições de entrega e de pagamento?

5º) Qual a empresa de navegação que transportou esse material para o Brasil?

6º) Qual o preço atual desse material e para que obras parte dele já foi utilizado?

7º) Em que mês e ano foi realizada essa compra e em que mês e ano foram os trilhos descarregados no Porto de Recife?

8º) Se é verdadeira a notícia de que esse material foi consignado ao Primeiro Grupamento da Engenharia do Exército, sediado em João Pessoa, em caso afirmativo quem é o responsável direto; em caso negativo, qual a repartição que deverá responder pela transação?

9º) A quem cabe a tarefa e a responsabilidade de retirada desses trilhos do Cais do Porto em que se acham e para onde deveriam ser encaminhados?

## Justificação

A imprensa do País dá notícia de que enorme quantidade de trilhos encontra-se há longo tempo exposta ao tempo, no Cais do Porto do Recife. Preferimos, entretanto, não levar informações oficiais. Se, porém, o noticiário dos jornais é procedente, o fato vem confirmar, mais uma vez, o descaso com que os mais importantes assuntos de interesse do Nordeste são tratados por aqueles que têm o dever de zelar pelo seu desenvolvimento. Em face das informações que nos foram prestadas é nosso pensamento requerer uma Comissão de Inquérito para apurar as responsabilidades por tão criminoso descuido.

Sala das Sessões em 27 de maio de 1963. — F. Pessoa de Queiroz

## Requerimento nº 211, de 1963

Nos termos regimentais, requerio à Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

1. Quantas concorrências o DNPNV — Departamento Nacional de Portos, e Vias Navegáveis — já realizou para a construção do porto de Itaqui, no Maranhão?

2. Quanto em moeda nacional e estrangeira o D.N.P.V.N. já recebeu e quais as firmas beneficiadas que receberam dinheiro por conta da referida obra?

3. Quantos reajustamentos de preços o D.N.P.V.N. já concedeu à atual firma contratante das obras do porto de Itaqui?

4. Qual o prazo, previsto em contrato, para a conclusão definitiva daquele porto?

5. Tem a firma cumprido as cláusulas contratuais?

6. Quais as providências que o D.N.P.V.N. tomou para a conclusão das obras em tempo previsto?

7. Quais os respectivos valores e as datas da primeira concorrência e da última?

8. Quem é o responsável pelo acidente verificado, em abril próximo passado, com a primeira célula que constitui a infra-estrutura da obra?

9. Se houve prejuízos materiais, qual o seu valor e quem responderá por eles?

10. Se o material danificado fará falta à obra e, em caso afirmativo, quais as providências do DNPNV para a reposição deste material?

11. Quando o D.N.P.V.N. pretende concluir definitivamente aquela obra?

## Justificação

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Temos notícias de que estão ocorrendo irregularidades técnicas na construção do Porto de Itaqui. Os órgãos de divulgação registram o assombramento da torre que servia de oate-estaca, assinalam os consideráveis prejuízos para o erário e para o povo do Maranhão e ressaltam, mais uma vez a paralisação da obra.

Com efeito, Srs. Senadores, a construção desse porto já se vem atrasando de longa data e de maneira tal que não sabemos as cifras disponíveis, nem o número de concorrências efetuadas para sua conclusão.

Assim sendo, gostaríamos de ver respondidos os quesitos acima para que fossem esclarecidos os motivos da ordem técnica ou financeira que impedem a cabal conclusão do Porto de Itaqui.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1963. — Senador Eugênio Barros.

## O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e posteriormente despatchados pela Presidência. (Pausa).

Na sessão de 24 do corrente, terminou o prazo para apresentação perante a Mesa, de emendas aos Projetos de Resolução ns. 14 e 16 de 1963, que alteram o Regimento Interno.

O primeiro deles não recebeu emendas; e o segundo recebeu 16 emendas que serão lidas em seguida, pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas e apoiadas as seguintes

## EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 15 nº X do Regimento:

“(c) ao apartar o Senador se conservará sentado”.

## Justificação

A norma tem por fim assegurar a ordem nos trabalhos do Plenário.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. Guido Mondin.

## EMENDA Nº 2

Acrescente-se:

“Art. Ao art. 17 do Regimento Interno acrescente-se o seguinte:”

“Parágrafo único. A inscrição será válida quando feita com a aposição, pelo Senador, de sua assinatura no livro competente.”

## Justificação

A prática, que se vem adotando, de se admitir inscrição por intermédio ou por solicitação telefônica, dá margem a irregularidades que é necessário corrigir.

A aposição, pelo próprio Senador, de sua assinatura no livro, é medida que se impõe para evitar essas irregularidades.

Brasília, 24 de maio de 1963. — Eurico Rezende.

## EMENDA Nº 3

Acrescente-se:

“Art. O art. 59 do Regimento Interno passará a ter a seguinte redação:

“Art. 59. Aos Líderes da Maioria, da Minoria e de Blocos constituintes para determinada orientação política é lícito usar da palavra, pelo prazo

De vinte minutos, uma só vez, por sessão, para pronunciamento político de natureza inadiável.

Parágrafo único. Na Ordem do Dia o uso da faculdade prevista neste artigo só é admissível se o pronunciamento disser respeito à matéria que esteja submetida à deliberação do Plenário.

#### Justificação

Há necessidade de deixar claro que a faculdade assegurada no art. 59 aos Líderes da Maioria, da Minoria e dos Blocos se destina a pronunciamentos de natureza política, não podendo ser exercida pela mesma liderança mais de uma vez em cada sessão.

É privilégio que, obviamente, desfalca o tempo de que devam dispor os demais Senadores para o uso da palavra e, consequentemente, se deve restringir às manifestações que envolvam definição política de bancadas, não se justificando sejam utilizadas para outros fins, como apresentação de proposições e assuntos de natureza pessoal, conforme já se tem visto na presente sessão legislativa.

Não se compreende que diversos oradores se valham da condição de vice-líderes para ocupar a tribuna na mesma sessão, com assuntos estranhos às lideranças, em prejuízo dos demais Senadores.

Por outro lado, nada justifica que durante a Ordem do Dia as deliberações do Senado sejam interrompidas para pronunciamentos, mesmo das lideranças, que não digam respeito às matérias submetidas à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Catete Pinheiro*.

#### EMENDA Nº 4

Acrescente-se, ao nº 1 da alínea c do art. 85, in fine:

"...e, em geral, quaisquer atos referentes a funcionários do Senado que dependam de deliberação do Plenário."

#### Justificação

Para a boa ordem da administração da Casa é indispensável que caiba à Comissão Diretora a inclinação dos atos referentes a pessoal, que dependam de pronunciamento do Plenário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 5

Acrescente-se ao Regimento, em seguida ao art. 85:

"Art. 85-A — As informações que devam ser prestadas sobre atos da competência da Comissão Diretora serão por meio de relator escolhido, sendo proferidas oralmente em Plenário, ou lidas pelo 1º Secretário, se o relator não preferir proceder à sua leitura."

#### Justificação

O que se propõe é da tradição do Senado mas não está expresso no Regimento. Convm que fique.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 6

No art. 86 do Regimento, substitua-se o nº 4 pelo seguinte:

4) Substituição por "polícia, inclusive marítima, aérea e de fronteiras" (Cont. art. 5º VII).

#### Justificação

É conveniente incluir entre as matérias em que a Comissão de Constituição e Justiça deve ter competência para a apreciação do mérito as que disserem respeito à polícia em geral.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 7

No art. 86, nº 6 — Inclua-se:

"administrativo" em seguida a "direito civil".

#### Justificação

Na enumeração do art. 86 falta referência ao direito administrativo. Sala das Sessões 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 8

No art. 92 do Regimento, inclua-se:

"... censura a diversões."

#### Justificação

As proposições atinentes a censura as diversões é matéria que deve ser objeto da competência da Comissão de Educação e Cultura. Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 9

No art. 95 do Regimento, inclua-se:

"h) opinar sobre pedidos de autorização para o Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentarem do Território Nacional em visita a país estrangeiro, ou missão de caráter internacional."

#### Justificação

Não se compreende que na competência da Comissão de Relações Exteriores não figure o opinar sobre as viagens do primeiro e do segundo mandatário da Nação ao estrangeiro. Sala das Sessões, em 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 10

Substitua-se o art. 97 do Regimento pelo seguinte:

"Art. 97. A Comissão de Segurança Nacional incumbem opinar sobre a matéria de que tratam os arts. 23, § 2º e 180, da Constituição Federal, bem como sobre tudo quanto se referir à Segurança Nacional, às Forças Armadas, de terra, mar e ar, requisições militares, declaração de guerra, celebração de paz, passagem de forças estrangeiras ou a sua permanência no território nacional e polícias militares."

#### Justificação

O texto proposto melhor caracteriza a competência da Comissão de Segurança Nacional para opinar sobre tudo quanto disser respeito à segurança do país.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 11

Acrescente-se:

"Art. O § 2º do art. 163 do Regimento passa a ter a seguinte redação:

§ 2º Se, porém, algum Senador, antes do término da primeira hora, solicitar inscrição para justificar projeto já entregue à Mesa o Presidente lhe assegurará o uso da palavra, ao fim da prorrogação, pelo prazo de dez minutos, no máximo disso dando conhecimento ao orador que estiver na tribuna com esclarecimento sobre a hora em que deverá concluir o seu discurso, da qual o advertirá com cinco minutos de antecedência.

Art. Acrescente-se ao art. 181 do Regimento o seguinte parágrafo, que será o primeiro, passando o atual parágrafo único a parágrafo segundo: § 1º Nessa fase da sessão será assegurada preferência, observado o disposto no § 5º do art. 163, na or-

dem de inscrição, aos Senadores que se inscreverem para manifestações de pesar, comemorações ou comunicações inadiáveis, ou explicação pessoal.

#### Justificação

O mau uso que se vem fazendo do disposto no § 2º do art. 163 do Regimento está a exigir a alteração do seu texto.

Dispositivo de finalidade louvável — qual a de assegurar possibilidade do uso da palavra, por breve prazo, para manifestações de natureza inadiável, como os necrológicos e as comemorações e, ainda, a justificação de projetos — tem sofrido evidente distorção com prejuízo não só dos oradores do Expediente, que vem o seu tempo mutilado, como dos que realmente têm necessidade de ocupar a tribuna na data da inscrição, para pronunciamentos que nela encontrariam a oportunidade única de serem levados a efeito.

Nesta emenda se restringe o uso do § 2º do art. 163 aos casos de justificação oral de proposições, deixando-se para o tempo posterior à Ordem do Dia as demais hipóteses atualmente previstas nesse dispositivo.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 12

Substitua-se, no Regimento, o artigo 191 pelo seguinte:

"Art. 191. Substituição.

Na sessão extraordinária se houver oradores em seguida à leitura do expediente se não houver, na ocasião, número para as deliberações.

Parágrafo único. O Expediente da sessão extraordinária não excederá trinta minutos."

#### Justificação

Na formulação desta emenda tiveram-se em conta a orientação seguida na Câmara e o bom aproveitamento do tempo das sessões extraordinárias.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 13

No Art. 194, do Regimento, acrescente-se:

"§ ... Nas hipóteses da alínea d não se transformará em secreta a sessão, sendo adiada a matéria, se não houver número para deliberações".

#### Justificação

A prática tem aconselhado a orientação que ora se preconiza nesta emenda. Não é conveniente que se realize a sessão secreta e que se leve a efeito a discussão da matéria que nela deva ser tratada, se não houver número para deliberações.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 14

No Art. 218, do Regimento inclua-se, em seguida a "congratulações ...":

"... solidariedade".

#### Justificação

Os votos de solidariedade, obviamente, devem ter o mesmo tratamento que os de aplauso.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 15

No Art. 274 do Regimento, façam-se as seguintes modificações:

- 1) Alínea a. A substituição por:
  - 1 a) audiência da Comissão que sobre a matéria não se tenha pronunciado;
  - 2) Acréscimo:
    - a-1) reexame da matéria por uma ou mais Comissões, por motivo justificado;
    - 3) No § 1º Acréscimo de: "... a-1".

#### Justificação

Deixaram-se expressas as hipóteses em que se dá adiamento para audiência da Comissão.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### EMENDA Nº 16

No art. 278:

alínea a-8 — acrescente-se:

"... proposições que envolvam interesses de particulares ..."

#### Justificação

O acréscimo proposto completa a enumeração da alínea a-8 do art. 278 dos casos em que a votação deve ser em escrutínio secreto.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1963. — *Guido Mondin*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Os Projetos de Resolução nºs 14 e 16, de 1963, vão às Comissões competentes.

Pinda a hora do expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Comparecem mais os Srs. Senadores

Vivaldo Lima,  
Zacharias de Assumpção,  
Lobão da Silveira,  
Sebastião Archer,  
Joaquim Parente,  
Dinarte Maria,  
Walfredo Gurgel,  
João Agripino,  
Leite Neto,  
Raul Giuberti,  
Aurélio Viara,  
Benedicto Valladares,  
Humberto Medeiros,  
Amaury Silva — (14).

#### O SR. PRESIDENTE:

Estão presentes 33 Srs. Senadores. Não há número para as votações.

A matéria constante da Ordem do Dia de hoje depende toda de votação. Ficam, portanto, adiadas para a sessão de amanhã.

A matéria constante do item 8 — "Discussão em turno único do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 83-63 (nº de origem 127-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Bezerra de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia", embora esteja em discussão, fica também adiada para a sessão de amanhã, porque, segundo a praxe do Senado, este assunto não pode ser discutido numa sessão em que não haja número para a votação, que se segue imediatamente à discussão.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, V. Exa. anunciou o adiamento da votação do projeto de Emenda à Constituição nº 3, relativo à aposentadoria dos funcionários públicos.

Permito-me consultar a Mesa se, em face do Regimento interno, esse projeto fica indefinidamente na Ordem do Dia. Ele já tem figurado em Ordem do Dia em mais de cinco sessões ordinárias, se não estou enganado.

Há quorum especial para a votação dessa emenda, que seria o de 44 Srs. Senadores, mas há, também, quorum para a votação de projetos de tramitação simples, que é o de 34 Srs. Senadores.

Desejaria que a Mesa informasse até quando, em face do Regimento interno, figurará na Ordem do Dia, à espera de quorum especial de 44 Srs. Senadores, esse projeto de Emenda à Constituição. (Muito bem).

**SR. PRESIDENTE:**

Respondendo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho e em face do que a da do processo, comunico a S. Ex.<sup>a</sup> de fato, esse projeto já figurou na Ordem do Dia em seis sessões. Mas em três delas houve número de deliberações comuns, não sendo todavia, alcançado o quorum mínimo para a votação de projeto de Lei à Constituição. Se ao término das sessões, em que haja número de deliberações, não se obtiver o quorum especial, então poderá ser votado com o quorum comum, normal, 4 Senadores.

**SR. ALOYSIO DE CARVALHO:**

Presidente, peço a palavra pela lei.

**SR. PRESIDENTE:**

Em a palavra o nobre Senador.

**SR. ALOYSIO DE CARVALHO:**

Na ordem — Não foi revisto pelo Sr. Presidente, completando a questão de ordem, e já agora faço da informação que a Mesa tem, quero exprimir o motivo por fazer a observação.

Peço-me que, na forma do Regimento Interno, esgotado determinado número de sessões ordinárias, a sessão do quorum especial de 44 Senadores, esse projeto será votado se houver o quorum comum de 34 Senadores. Assim, o que realmente desejo da Mesa é que neste momento, como aliás V. Ex.<sup>a</sup> já o seja preteritivamente declarado esgotado o número de sessões ordinárias, na forma do Regimento, a votação da emenda com o quorum especial de 44 Srs. Senadores, ela será dada com o quorum simples de 34 Senadores. (Muito bem).

**SR. PRESIDENTE:**

Peço-me reiterar a explicação que já há pouco dei respondendo ao nobre Senador Aloysio de Carvalho e agora o faço lendo o texto do Art. 367, in verbis:

"Se no dia marcado para votação esta não puder realizar-se por falta de quorum, a matéria passará a figurar na Ordem do Dia, como última das em votações, durante o prazo de cinco sessões, ao fim do qual, poderá ser votada com a presença de 32 Senadores".

Sr. Aloysio de Carvalho — 34 Senadores.

**SR. PRESIDENTE:**

4 Srs. Senadores, atualmente, o que o Regimento esclarece perfeitamente a matéria.

Esse projeto figurou na Ordem do Dia em seis sessões, mas apenas em três delas se registrou quorum para votações comuns não sendo atingido o quorum especial. Nas demais sessões não houve quorum sequer para deliberações sobre as outras matérias. Por isso pode ainda continuar na Ordem do Dia, até que cumpra o que diz o Regimento.

Em a palavra o nobre Senador José de Sá.

**SR. MEM DE SÁ:**

Desisto da palavra Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE:**

Em a palavra o nobre Senador Eurico Vieira. (Pausa).

Não está presente.

Em a palavra o nobre Senador Eurico Steinbruch. (Pausa).

Não está presente.

Em a palavra o nobre Senador José Guionard.

**O SR. JOSÉ GUIONARD:**

(Lê o seguinte discurso) — Sr.

Presidente — Srs. Senadores estou recebendo, da honrada classe dos seringueiros acreanos, uma exposição demonstrativa do que se passa com a borracha, viga mestra de toda a economia do vale amazônico.

O Governo Federal detém o monopólio daquele produto, fixando-lhe o preço; mas, as mercadorias com que são necessariamente abastecidos os seringueiros, não têm preços fixos, e isso é natural agora, sobem assustadoramente! É um contraste... Quanto às merdorias ali subiam em dois anos, segundo a percentagem vertiginosa de 278%, a borracha quase a única fonte de vida local alcançou cerca de 80%.

E porque acontece semelhante injustiça que estanca a produção dos seringueiros! — Porque o Governo não consegue deter o preço das mercadorias; mas, consegue, e é muito fácil, até, fixar o da borracha, como seu único comprador, através do Banco de Crédito da Amazônia, que é a sua agência, executora do monopólio estatal! Assim, o monopólio estrangula a produção em vez de estimulá-la! E no entanto, a borracha hoje pela sua absoluta imprescindibilidade significa poupança de divisas, e pneumáticos para a crescente indústria automobilística.

Os seringueiros pelo que me informam, enviaram ao Sr. Ministro da Fazenda, uma memorial denunciando, mais uma vez, essa política de um só passo para duas medidas bem diferentes.

Ninguém está contra estabilização dos preços, Sr. Presidente! Não há mais ninguém a favor da inflação dos preços, pelo que se saiba... Mas o que é doloroso, é jogar-se em cima dos que apodrecem nos igapós, dos mais necessitados, dos humildes seringueiros, esse sacrifício de pagarem mais pelo bem comum, de pagarem quase o mesmo preço por produtos de primeira necessidade de caros de luxo pelas avenidas do centro-sul do nosso país!

Ora, dirão que se trata de uma extração de látex anacrônica e insustentável nesta época. Mas, de quem a culpa, senão do Governo Federal que desde priscas eras se arvorou em orientador da economia gomífera, sem conseguir até hoje, a solução adequada e moderna! O que se vê é o seguinte — enquanto a Comissão de Defesa da Borracha o que faz é sacrificar a mesma borracha, com o preço vil do monopólio, as *Coops*, se é que ainda existem, não tomam sequer conhecimento do que se passa no interior dos seringueiros... Aquêlê dram de que nos falava Euclides da Cunha há mais de meio século, continua o mesmo!!

Eis porque, Sr. Presidente, peço licença para passar à taquigrafia o memorial dos seringueiros acreanos. Os nobres representantes dos Estados responsáveis nesta casa pelo equilíbrio da Federação, não de ver aritmeticamente, porque não pode aumentar a produção dessa borracha de que o Brasil tem fome, para desenvolver-se.

E o mais importante, concluirá ainda povo não pode ser apenas alegrias e dores comuns, raça, religião e costumes, mas também, o trabalho organizado e sobretudo em bases mais justas e mais humanas!

(Muito bem!)

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO**

Rio Branco — Acre, 22 de março de 1963.

Exmo. Sr. General José Guionard dos Santos, DD. Senador da República. — Brasília — Distrito Federal.

Excelência:

Temos a grata satisfação e a sublimada honra de passar às mãos de Ilu-

tre representante do povo acreano na Câmara Alta do País o memorial em que, na qualidade de seringueiros desta promissora região, agora transformada na mais nova unidade da Federação Brasileira, mercê do esforço e persistência indomáveis de V. Excia., quando o Deputado Federal, estamos pleiteando uma majoração de, pelo menos, 100% no preço da borracha.

Ninguém melhor do que V. Excia., perfeitamente identificado com os nossos problemas da terra que governou sábia e patrioticamente, conhece o drama e angústia de nossos seringueiros, daí porque temos plena confiança em que se empenhará, com a sua comprovada e respeitada combatividade, no sentido de que e palpitante assunto obtenha solução favorável.

Desnecessário é, portanto, uma explanação minuciosa sobre a gritante situação que nos aflige no momento, quando, no triênio 1961-63, as mercadorias sofreram um aumento de quase 278%, e a borracha, por parâmetro que pareça, obteve uma alta de apenas 82%, no mesmo período.

Reafirmando, pois, nessa certeza no trabalho de V. Excia., em favor do que, com justiça, pleiteamos, aproveitamos a oportunidade para renovar-lhe nossos protestos de estima e consideração. — Sebastião Dantas & Cia. Ltda. — Abrahim Isper Junior. — F. Paes & Cia. — Waldemar de Souza George. — Sombra & Oliveira.

Rio Branco (Acre), 15 de março de 1963

Exmo. Sr. Dr. Ministro da Fazenda — Brasília — Distrito Federal.

Senhor Ministro:

Em janeiro de 1962, os seringueiros desta região, no desejo unânime de evitar o desmoronamento do mais valioso patrimônio da Amazônia: a borracha, pleitearam junto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República um aumento de 82% para o preço daquele produto. Exagero nenhum havia no pedido. Desejavam apenas o equilíbrio justo entre o preço da borracha e o das mercadorias estritamente indispensáveis à manutenção dos seringueiros e de centenas de patricios que se entregam à laboriosa extração do "látex".

Após os estudos técnicos necessários, veio o pronunciamento dos órgãos competentes: 33% a partir de 1 de maio do mesmo ano.

Não conformados com a solução evidentemente aquém da realidade encaminhamos novo apelo, no qual pediam, como medida contemporizadora que o aumento em preço tivesse efeito retroativo a partir de janeiro.

Uma vez mais não lograram êxito. Hoje, porém, senhor Ministro, a situação toma aspecto aterrador face à gritante e desenfreada majoração no custo das utilidades.

Pasta um ligeiro exame nas faturas anexas, extraídas em 1961 e 1963 para se poder constatar, através a linguagem fria das cifras, que as mercadorias, principais consumidas pelos seringueiros, sofreram um aumento de quase 278% (duzentos e setenta e oito por cento). Em apêndice, o mapa comparativo.

No mesmo triênio, a borracha obteve uma majoração, e aí reside o inquietante desequilíbrio de 84%. Apenas. Urge, portanto, Excelência, que sejam redobrados todos os esforços no sentido de dirimir tal estado de coisas, sob pena de estarmos incorrendo para a queda violenta, irremediável, da produção gomífera na Amazônia e, em especial, certa promissora região agora transformada no mais novo Es-

tado da Federação Brasileira e, por isso mesmo, carante mais do que nunca da ajuda e da colaboração de quem desejam um Brasil melhor para as gerações porvindouras.

Convém salientar que a borracha é, ainda, a viga mestra da economia acreana. Em função dela, vivem nessas cidades e municípios, cujo desenvolvimento está em sua dependência.

Eis porque, Senhor Ministro, vimos encarecer-lhe, ponha toda a força de seu entusiasmo patriótico, para que tal produto obtenha em seu preço uma elevação de, no mínimo, 100% (cem por cento), única fórmula capaz de suavizar a alarmante desajustamento que se verifica.

Julgamos desnecessário esclarecer o preponderante papel que a borracha exerce no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Melhor do que nós falam os mais variados trabalhos técnicos existentes, muitos dos quais já conhecidos por V. Ex.<sup>a</sup> estudioso que é dos problemas nacionais.

Deve-se atentar, todavia, para o fato de ser o Acre, ainda, o maior produtor de borracha, por sinal a melhor do mundo, daí porque o problema deve ser encarado com o pensamento inteiramente voltado para o futuro de nossa estremeada Pátria.

Em anexo, estamos remetendo, para efeito de estudo, um quadro Demonstrativo dos aumentos verificados no período a que fizemos referência, ou seja, 1961-1963, no que toca a mercadorias, fretes salário mínimo (vigente na região), e, por fim, borracha.

Fácil é, por conseguinte, observar como permanece ela inferiorizada, humilhada, no seu valor, escravizada, enfim, como se não representasse o sustento econômico deste pedaço do Brasil e não fosse, por outro lado, força atuante na esfera financeira da nacionalidade.

Estamos, pois, convictos de que V. Ex.<sup>a</sup>, movido pelo seu acendrado amor a nossa Pátria, lutará, com desassombro, sem destemor, sem desfalecimento em favor do que, com justiça estamos pleiteando.

Longe de nós, repetimos, o exagero. Puntamos como não podia deixar de ser, o quadro que observamos, com as cores vivas da realidade. Não o fazemos contudo para provocar alarme. Faze-mo-lo, ao sim, numa espécie de apelo de socorro à angústia que vem martirizando os nossos seringueiros. Os documentos que anexamos retratam com absoluta fidelidade o motivo de nossa preocupação quanto ao amanhã de nossos seringueiros, todos eles na iminência de colapso dos mais desastrosos se medidas urgentes e adequadas não forem tomadas, no sentido de que possam sobreviver.

Confiar os assim, Excelência, na sua acção decidida a prole da maioração ora pleiteada, que a outra coisa não visa senão e evitar que os tentáculos de um caos econômico envolvam esta futura gleba, tão futura mas, quase sempre esquecida, desamparada, tratada finalmente, como se não integrasse o gigante colosso verde amarelo.

Certo de que o nosso apelo encontrará guarida na esclarecido espírito de V. Ex.<sup>a</sup>, cujo interesse em solucionar os problemas financeiros do Brasil tem sido provado constantemente, aproveitamos a oportunidade para, de par com sinceros agradecimentos pela atenção que se dignar de prestar à presente exposição, consignar-lhe protestos de alta estima e elevada consideração. — Sebastião Dantas & Cia. Ltda. — Abrahim Isper Junior & Cia. — F. Paes & Cia. — Waldemar de Spina George. — Sombra & Oliveira. — Guilherme Zaire & Cia. — Teófilo Alves de Souza.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS AUMENTOS VERIFICADOS  
NO PERÍODO DE 1961/1963

## Relativo a Fretes

1961	1963	Diferença	Variação em %
CR\$ Por toneladas: 7.112,32	CR\$ 14.435,58	CR\$ 7.322,70	102 %

NOTA: Além da tarifa acima, a Marinha Mercante cobra aproximadamente 50% de taxas.

## Relativo ao Salário Mínimo

1961	1963	Diferença	Variação em %
CR\$ 7.870,00	CR\$ 15.100,00	CR\$ 7.420,00	96 %

## Relativo ao Preço da Borracha

1961	1963	Diferença	Variação em %
CR\$ 169,41	CR\$ 307,93	CR\$ 138,52	82 %

## RESUMO:

Aumento verificado no período de 1961/1963 — Mercadorias . . .	277,9%
Aumento verificado no período de 1961/1963 — Fretes . . . . .	102 %
Aumento verificado no período de 1961/1963 — Salário Mínimo . .	96 %
Aumento verificado no período de 1961/1963 — Borracha . . . . .	82 %

Rio Branco (ACRE), 18 de março de 1963.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS DE MERCADORIAS DE 1961-1963  
EM RIO BRANCO — ACRE

ARTIGO	Unidade	Preço — 1961	DOC	Preço — 1962	Preço — 1963	DOC	Diferença	
							Preço — 61/63	Var. %
		CR\$		CR\$	CR\$		CR\$	
1. Açúcar . . . . .	Sca.	1.700,00	1	4.200,00	7.000,00	7	5.300,00	310 %
2. Arroz . . . . .	Sca.	1.500,00	2	4.200,00	7.500,00	8	6.000,00	400 %
3. Aveia . . . . .	Lta.	100,00	1	200,00	300,00	9	200,00	200 %
4. Alho . . . . .	Quilo	90,00	1	500,00	1.300,00	9	1.210,00	1.350 %
5. Aguardente . . . . .	Cxa.	4.500,00	2	6.000,00	10.000,00	8	5.500,00	120 %
6. Banha . . . . .	Quilo	170,00	3	300,00	300,00	10	130,00	75 %
7. Balas Rifle . . . . .	Uma	20,00	4	40,00	50,00	10	30,00	150 %
8. Balas Revólver . . . . .	Uma	20,00	1	40,00	50,00	6	30,00	150 %
9. Bacía 32" . . . . .	Uma	1.700,00	4	3.000,00	4.500,00	9	2.800,00	165 %
10. Bolacha pop. . . . .	Quilo	120,00	4	240,00	400,00	10	280,00	240 %
11. Chumbo . . . . .	Quilo	200,00	2	300,00	1.000,00	6	800,00	400 %
12. Cartuchos . . . . .	Cxa.	580,00	1	1.000,00	1.500,00	8	920,00	160 %
13. C. Beef . . . . .	Cxa.	2.440,00	1	7.700,00	12.000,00	10	9.560,00	390 %
14. Cabo Manilha . . . . .	Quilo	150,00	3	300,00	500,00	9	340,00	210 %
15. Espingarda . . . . .	Uma	4.000,00	5	9.500,00	15.000,00	6	11.000,00	275 %
16. Feijão . . . . .	Sec.	900,00	1	4.800,00	7.500,00	10	6.600,00	733 %
17. Farinha d'água . . . . .	Enc.	750,00	5	2.200,00	2.550,00	6	2.550,00	340 %
18. Farinha Trigo . . . . .	Sca.	3.500,00	1	6.000,00	9.000,00	8	5.500,00	156 %
19. Fósforo . . . . .	Cxa.	2.600,00	1	4.800,00	6.000,00	10	3.400,00	130 %
20. F. Seringa . . . . .	Uma	90,00	5	150,00	200,00	6	110,00	120 %
21. Guarana . . . . .	Gra.	45,00	4	160,00	150,00	10	105,00	240 %
22. Gazolina . . . . .	Lta.	750,00	5	1.700,00	2.000,00	9	1.250,00	165 %
23. Gotabada . . . . .	Quilo	40,00	2	170,00	250,00	6	210,00	520 %
24. Leite Ninho . . . . .	Cxa.	3.600,00	1	7.500,00	10.000,00	8	6.400,00	176 %
25. Leite Moca . . . . .	Cxa.	2.680,00	2	5.400,00	7.000,00	7	4.320,00	165 %
26. Lubrificante . . . . .	Lta.	1.800,00	3	3.800,00	10.000,00	9	8.100,00	430 %
27. Linguiça . . . . .	Lta.	120,00	5	380,00	500,00	10	380,00	311 %
28. Manteira . . . . .	Quilo	500,00	2	800,00	1.000,00	6	500,00	100 %
29. Macarrão . . . . .	Quilo	100,00	1	220,00	400,00	10	300,00	300 %
30. Maizena . . . . .	Cxa.	1.090,00	2	3.000,00	4.500,00	7	3.500,00	350 %
31. Óleo Cosinha . . . . .	Lta.	150,00	4	300,00	330,00	6	180,00	120 %
32. Óleo Diesel . . . . .	Lta.	600,00	4	1.300,00	1.500,00	6	900,00	150 %
33. Papelinho . . . . .	Mlh.	35,00	1	75,00	130,00	6	95,00	270 %
34. Folha Lant. . . . .	Uma	30,00	8	70,00	180,00	8	150,00	500 %
35. Pólvora . . . . .	Quilo	250,00	4	800,00	1.000,00	10	750,00	300 %
36. Pedra Ituxi . . . . .	Uma	150,00	5	250,00	450,00	6	300,00	200 %
37. Peixe Cons. . . . .	Lta.	55,00	2	95,00	165,00	8	110,00	200 %
38. Pimenta Reino . . . . .	Quilo	150,00	1	350,00	700,00	7	550,00	370 %
39. Querosene . . . . .	Lta.	650,00	3	1.400,00	1.600,00	6	950,00	148 %
40. Quinado . . . . .	Cxa.	1.800,00	5	3.800,00	5.800,00	8	4.000,00	220 %
41. Redes pop. . . . .	Uma	700,00	3	2.000,00	2.200,00	7	1.500,00	217 %
42. Sal . . . . .	Sca.	450,00	5	1.000,00	2.000,00	10	1.550,00	340 %
43. Sabão Zebu . . . . .	Cxa.	900,00	2	1.300,00	1.800,00	9	900,00	100 %
44. Sardinha . . . . .	Cxa.	2.200,00	5	10.000,00	11.000,00	7	8.800,00	400 %
45. Sacos Anlag. . . . .	Um	90,00	3	200,00	400,00	8	310,00	340 %
46. Tabaco . . . . .	Arr.	4.500,00	5	12.000,00	15.000,00	9	10.500,00	233 %
47. Tigelinha . . . . .	Uma	5,50	5	15,00	16,50	7	11,00	200 %
48. Velas Est. . . . .	Cxa.	950,00	3	1.800,00	2.400,00	9	1.450,00	150 %
49. Xarque . . . . .	Quilo	180,00	3	500,00	550,00	7	380,00	210 %
50. Tec. Mosquit. . . . .	Mtra.	25,00	5	75,00	110,00	9	85,00	340 %
51. Americano . . . . .	Mtr.	38,00	3	90,00	150,00	9	112,00	302 %
52. Morim . . . . .	Mtr.	30,00	5	90,00	140,00	7	110,00	368 %
53. Mesc a Pir. . . . .	Mtr.	45,00	4	95,00	170,00	9	125,00	276 %
54. Eril Jofre . . . . .	Mtr.	48,00	5	120,00	180,00	7	132,00	275 %
55. Muare . . . . .	Um	25.000,00	A	60.000,00	80.000,00	B	55.000,00	220 %

Observação — Em 55 artigos acima citados, a média em % foi de um aumento de 277,9%.  
Rio Branco (Acre), 15 de março de 1963. — Sebastião Dauil.

**O SR. JOÃO AGRIPIÑO:**

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPIÑO:**

(Pela ordem. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, ouvi a leitura de emendas que foram apresentadas a um projeto de resolução que altera o Regimento Interno do Senado. Verifiquei, pelo anúncio de V. Exa. que termina hoje o prazo creio que de quatro dias para receber emendas.

Ocorre que pela praxe do Senado, V. Exa. anuncia o projeto de resolução e, no mesmo tempo, o prazo para receber emendas, em Mesa. Mas, não figura na Ordem do Dia que está para receber emendas. De modo que o Senador que não tiver ouvido a declaração de V. Exa. de que ficará na Mesa, durante quatro dias para recebê-las, não terá conhecimento desse fato a não ser que leia o *Diário do Congresso Nacional*, na parte referente ao Senado Federal, diárioamente.

Entendo, Sr. Presidente, que não haveria mal algum em que se adotasse nesta Casa, a mesma praxe da Câmara: incluir-se o projeto ao final da Ordem do Dia, com a nota de que está recebendo emendas a um, dois, três, quatro ou último dia, para conhecimento dos Srs. Senadores.

Da mesma forma, quanto às emendas constitucionais. Pelo Regimento Interno proposições dessa natureza devem figurar durante seis sessões na Ordem do Dia, para serem votadas com o quorum qualificado de dois terços. Depois disso, serão submetidas à votação, com o quorum mínimo de trinta e quatro Senadores, de maioria absoluta. Na ordem do dia devia constar o número de sessões a que são submetidas com aquele quorum especial, para que o Senador soubesse, quantos dias já teriam decorrido desse quorum qualificado e, dessa forma, pudesse orientar-se para o quorum mínimo.

São providências, Sr. Presidente, que, a meu ver, a Mesa poderia tomar, independentemente de alteração regimental, eis que são, digamos, de ordem administrativa, para o bom andamento dos trabalhos da Casa.

**O SR. PRESIDENTE:**

Respondo à questão de ordem suscitada pelo nobre Senador João Agripino. Cabe-me declarar, que, de fato, uma vez lido e publicado, o projeto fica, por três sessões, à espera de emendas. Isso ocorreu com os projetos a que V. Exa. se refere. O prazo para apresentação de emendas terminará no dia 24 do corrente. Não obstante ser essa a situação regimental, as sugestões que acabam de ser formuladas pelo nobre Senador João Agripino são interessantes e independentes de projeto de resolução, que a Mesa as adote, com providência de bom ordem administrativo. Nada impede que a Mesa, ao fim de cada sessão, anuncie o prazo de vencimento até aquele dia para apresentação de emendas a projetos nas condições a que acaba de se referir o nobre Senador João Agripino.

A Mesa acolhe, assim, as sugestões formuladas pelo nobre Senador João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPIÑO — Obrigado a V. Exa. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

Não há mais orador inscrito. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Antes porém, designo, para a de amanhã, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 1963  
(Terça-feira)

Matéria em regime de urgência

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de

1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 100-61 na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1950 (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5, c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 198, de 1963, aprovado na sessão de 21 do mês em curso) dependendo de pronunciamento das Comissões — de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, de Agricultura, de Saúde, de Finanças.

Matéria em tramitação normal

**Votação**

Votação em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 1962 (nº 891-B de 1959 na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A. tendo Parecer favorável sob nº 162 de 1963, da Comissão de Finanças.

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1963 (nº 948-B de 1959, na Casa de origem), que releva a prescrição que incorreu o direito à reforma por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés, tendo Parecer favorável sob ns: 163 e 164, de 1963 das Comissões: de Segurança Nacional e de Finanças.

Votação em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1961, que assegura os mesmos vencimentos e vantagens a que aude o art. 12 da Lei nº 1.441, de 24 de setembro de 1951, aos servidores das Secretarias do Ministério Público Federal, tendo Parecer sob nº 324, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Votação em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento), do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1963, de autoria do Sr. Senador Coimbra Bueno, que dispõe sobre o aproveitamento agrícola de terras devolutas e áreas pertencentes aos órgãos do poder público e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 132, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição do projeto por inconstitucional.

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 111-A-61 na Casa de Origem) que aprova o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida tendo Pareceres favoráveis sob ns: 152, 153, 154, 155, de 1963 das Comissões — de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Relações Exteriores e de Finanças.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, de autoria do Sr. João Vilasboas e outros Srs. Senadores, que altera os artigos, 26, 56, 58, 60, 111 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal (organização administrativa do Distrito Federal); composição da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Superior Eleitoral; processo de escolha do Presidente Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e aplicação da cota do imposto de renda destinado aos Municípios), tendo Parecer favorável, sob nº 335, de 1961, da Comissão Especial (com votos vencidos dos Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Nogueira da Gama e restrições do Sr. Senador Silvestre Péricles).

Votação, em primeiro turno, Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, de autoria do Sr. Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores que modifica o § 1º do art. 191 da Constituição (aposentadoria aos 20 anos de serviço), tendo Parecer favorável, sob nº 354, de 1961 da Comissão Especial.

**Discussão**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 1962 (nº 4.695-B/62 na Casa de origem) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências, tendo Pareceres (ns 190 a 192, de 1963) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — do Polígono das Sêcas, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 a 3 (CPS); — de Finanças, favorável ao projeto e à emenda nº 2 (CPS); favorável com subemendas às de ns. 1 a 3 (CPS) e oferecendo as emendas ns. 4-CF a 122-CF.

Discussão em turno único do Parecer (segredo) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 83-63 (nº de origem 127-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Bezerra de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia. Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos)

**SECRETARIA DO SENADO FEDERAL****Concurso Público para Taquígrafo de Debates****Início de carreira**

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço público que se acham abertas nesta Secretaria, até o dia 21 (vinte e um) de junho próximo, as inscrições para o concurso de provas e títulos destinado ao preenchimento de 4 (quatro) vagas nos cargos iniciais da carreira de Taquígrafo de Debates, padrão PL-4.

**Requisitas**

- 1º ser brasileiro;
- 2º ter 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;
- 3º apresentar requerimento de inscrição no Palácio do Congresso, em Brasília, ou no Palácio Mórroe no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, assinado pelo próprio ou por procurador;
- 4º juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá a fórmula própria, os seguintes documentos:
  - a) certificado de conclusão de curso do ciclo básico, ou equivalente;
  - b) certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;
  - c) atestado de bom comportamento, firmado por duas pessoas idôneas (firmas reconhecidas);
  - d) atestado médico negativo de moléstia infecto-contagiosa e de defeito físico que impossibilite o candidato para o exercício da função; e afirmativa de perfeito estado do aparelho auditivo (firma reconhecida);
  - e) atestado de vacinação ou avaliação antivaricelica fornecido por autoridade sanitária federal;
  - f) declaração de órgão competente da repartição em que trabalha, para os ocupantes de cargo ou função pública com mais de 25 anos de idade;

g) três exemplares iguais de fotografia recente do candidato, tirada de frente e sem chapéu (formato 3x4 centímetros), trazendo no verso, a tinta, o nome do interessado.

5º exibir no ato da inscrição:

- a) carteira de identidade ou profissional;
- b) título de eleitor;
- c) prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

**CAPÍTULO I****Da Inscrição**

1. No momento da entrega do requerimento, o candidato assina o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição.
2. O candidato cuja inscrição não for considerada em ordem e que, convidado por edital não a comparecer no prazo concedido, terá a inscrição cancelada.
3. Encerradas as inscrições, organizar-se-á, em ordem alfabética, a relação dos candidatos, que receberão, mediante exibição de carteira de identidade ou profissional, cartões de identidade com a fotografia e a indicação do seu número de chamada, sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.
4. O candidato que não procurar o cartão de identidade no prazo determinado pelos avisos publicados no *Diário do Congresso* e ou no *Diário Oficial*, terá a inscrição cancelada.

**CAPÍTULO II****Das Provas**

5. Haverá provas técnicas e de habilitação, assim distribuídas.

**Técnicas**

- 1ª Registro taquígrafico, duração dez minutos, de ditado feito na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto, da seguinte forma: 110 — 111 — 113 — 115 — 117 — 119 — 121 — 123 — 124 e 125.
- Prazo para decifração — duas horas.
- Grau mínimo — 50 (cinquenta).
- Limite de erros — 120 (cento e vinte).
- 2ª Registro taquígrafico, duração cinco minutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por minuto.
- Prazo para decifração — uma hora.
- Grau mínimo — 60 (sessenta).
- Limite de erros — 80 (oitenta).
- 3ª Registro taquígrafico de discurso pronunciado no plenário, sem caráter eliminatório, no total de quinze minutos, distribuídos em "quartas" de 5 a 10 minutos, sendo a prova realizada em um ou mais dias, como se tornar necessário.
- Prazo para decifração de cada 5 minutos — uma hora.

**Habilitação**

- 4ª Exame de Português dividido em duas partes:
  - Primeira — correção do ditado escrito, de discurso ou trecho de discurso com o mínimo de 30 linhas impressas ou mimeografadas, com o momento da prova e no qual tenham sido propositadamente incluídos erros;
  - Segunda — pontuação de trecho com o mínimo de 20 linhas, sorteado no momento.
- Valor da 1ª parte — 60 (sessenta) pontos.
- Valor da 2ª parte — 40 (quarenta) pontos.
- Duração da prova — duas horas.
- Grau mínimo — 80 (sessenta).
- 5ª Francês e Inglês — Versão para o português sem auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente, de 20 a 25 linhas impressas ou mimeografadas.
- Duração da prova — duas horas.
- Grau mínimo — 50 (cinquenta).

6ª História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral — Exame escrito, sob a forma de testes. Duração da prova — duas horas. Grau mínimo — 40 (quarenta).

## CAPÍTULO III

## Títulos

3. Os títulos apresentados pelo candidato e julgados idôneos pela Banca, valerão pontos para a composição da nota final.

7. Consideram-se títulos parciais o efeito:

I — certidão passada por autoridade competente, em papel timbrado da repartição e com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o cargo de taquígrafo em:

a) órgão do Poder Legislativo federal;

b) órgão do Poder Legislativo estadual;

c) Câmara Municipal de capital de Estado;

d) Tribunal federal;

e) Tribunal estadual;

f) órgão colegiado ou autárquico federal;

g) órgão colegiado ou autárquico estadual;

II — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato já foi classificado em concurso público para taquígrafo com a média superior a 60 (sessenta);

III — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o professorado de taquígrafia em estabelecimento de ensino oficial;

IV — trabalhos publicados sobre taquígrafia;

V — outros títulos relacionados com Taquígrafia, exceto certificados de conclusão de curso para formação de taquígrafos, seja qual for sua origem.

8. Das certidões deve constar o tempo de exercício no cargo.

9. Em se tratando de concurso de provas para primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independentemente de títulos ou diplomas que possuam.

10. Observar-se-á a ordem do edital, na realização das provas. A Banca Examinadora, entretanto, pode alterá-la, quando considerar conveniente.

11. A obtenção de nota inferior ao mínimo estabelecido em qualquer das provas inabilitará desde logo e totalmente o candidato.

## CAPÍTULO IV

## Dos critérios de julgamento

12. Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente a máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido — um erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída sem alteração de sentido — meio erro;

c) palavras soltas certas, sem formar sentido — meio erro por palavra;

d) palavras soltas, erradas, sem formar sentido — um erro por palavra;

e) erros de português, conforme a gravidade, a critério da Banca Examinadora — meio erro, um erro ou dois erros;

f) no caso de concorrência de erros (por exemplo: omissão de cinco palavras e substituição por três erradas) computar-se-á o número maior de erros;

g) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que consequentes, a critério da Banca Examinadora.

13. O julgamento da prova de português obedecerá o seguinte critério:

a) o candidato que cometer todos os erros incluídos no creche a que se

refere a 1ª parte da prova, obterá 60 pontos. Por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 60 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente dessa divisão pelo número de erros não corrigidos ou cometidos;

b) do valor 40 atribuído à 2ª parte da prova, na qual serão levados em conta, sobretudo, os erros de pontuação, serão deduzidos de meio a dois pontos por erro cometido, segundo a gravidade, a juízo da Banca Examinadora.

14. O julgamento da prova de Francês e Inglês obedecerá o seguinte critério:

Na atribuição de pontos será levado em conta, principalmente, o grau de exatidão com que o candidato verta para o português, na forma e no sentido, o texto original. A prova de inglês valerá 50; a de francês, 50. Cada palavra não traduzida, traduzida erroneamente ou inadequadamente com ou sem alteração do sentido; erro de concordância, de regência ou de outra natureza, acarretará perda de meio ponto até três pontos, de acordo com a gravidade e a juízo da Banca Examinadora. A nota será a soma dos pontos obtidos em ambas as provas.

15. O julgamento da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral obedecerá o seguinte critério:

A prova consistirá de quatro partes, valendo cada uma 25. Os testes merecerão de um a três pontos, a juízo da Banca Examinadora. A nota final será a média apurada na divisão por dois do total de pontos obtidos.

16. O julgamento da prova de títulos obedecerá o seguinte critério:

Os pontos conferidos variarão de acordo com a hierarquia no respectivo campo de ação, das entidades referidas no Item 7, I, do Capítulo III; com o número de seus membros, a diversidade e vulto das matérias de que tratam, a frequência e duração das reuniões ou sessões que normalmente realizam e, consequentemente, com as dificuldades que se apresentem ao taquígrafo na execução do seu trabalho.

Havendo títulos simultâneos referentes a cargo do qual o candidato se tenha exonerado e a cargo que ocupe atualmente, só será considerado o último para efeito da atribuição de pontos.

A classificação em concurso público, o professorado de taquígrafia, os trabalhos técnicos e outros títulos mencionados nos ns. II, III, IV e V do mesmo Capítulo, valerão pontos de acordo com a importância que tenham para aferição da capacidade técnica do candidato.

17. Para o julgamento final observar-se-á o seguinte critério:

Obtida a média da prova de Plenário, dobrar-se-á esse número e ao resultado se acrescentará o total das notas das provas de ditado taquígrafico. Multiplicar-se-á por dois essa soma e ao resultado se adicionará a média das provas de habilitação. A nota final será o quociente da divisão dessa soma por nove, acrescido da nota da prova de títulos.

18. A nota final inferior a 60 (sessenta) importará em desclassificação.

19. Após o julgamento pela Banca Examinadora, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 48 horas a fim de que formulem recursos, se cabíveis.

20. O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral da Secretaria, sem perda de sigilo. O recurso formulado pelo candidato deverá, sob pena de indeferimento, ser limpo, ser

fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de toda a prova.

A Banca, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará a revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério de julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termo convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao 1º Secretário do Senado Federal, representando a Comissão Diretora.

21. Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

## CAPÍTULO V

## Da reanulação das provas

22. Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

23. As provas técnicas se realizarão exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou tinta. E, licito, entretanto, utilizar-se o candidato do sistema taquígrafico de sua preferência e, inclusive, de bloco de papel seu. A decifração de tais provas far-se-á a máquina, fornecida pela Secretaria do Senado Federal ou trazida pelo candidato. As folhas do registro taquígrafico deverão ser entregues à Banca Examinadora, e apensadas às respectivas provas.

24. Sempre que o número de concorrentes exceder a 20, será o ditado taquígrafico feito ao microfone.

25. As provas de habilitação (Português, Francês, Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral) serão manuscritas a tinta azul-preta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro carregada. O emprego de lápis-tinta acarretará desclassificação do candidato.

26. Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido de cartão de identificação fornecido pela Secretaria do Senado Federal. As outras provas de identidade não terão valor nessa ocasião.

27. Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas as quais deverão para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

28. Atribuir-se-á a nota zero à prova que apresentar sina, expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

29. Os textos para as provas técnicas e as de português, francês e inglês serão sorteados e os impressos respectivos preparados na presença do candidato.

30. O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente por escrito ou por qualquer outra forma ou de utilização de notas, livros ou

impressos, salvo os expressamente permitidos. A ata dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

31. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

32. O não comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso, considerados sem efeitos os exames porventura já prestados e não lhes sendo permitido prestar as provas subsequentes.

## CAPÍTULO VI

## Disposições Gerais

33. A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromissos tacito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

34. E' de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

35. Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

36. Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

37. As nomeações obedecerão rigorosamente a ordem de classificação.

38. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

39. Todas as instruções, chamadas e resultados serão publicadas no *Índice do Congresso* e (ou) no *Diário Oficial*. A Banca Examinadora pode, simultaneamente comunicá-las aos candidatos por telegrama, mas não fica responsável por qualquer truncamento que porventura se verifique na transmissão do texto original.

40. Não há justificativa para o não atendimento dos prazos; o candidato deve estar sempre em contato com o Senado Federal para não perdê-los.

41. Embora as inscrições possam ser feitas também no Rio de Janeiro, todas as provas serão realizadas em Brasília.

## Tabela para julgamento da prova de Ditado Taquígrafico

## 1ª Ditado (1ª prova)

Número de erros	Grau
120 .....	50
96 .....	60
72 .....	70
48 .....	80
24 .....	90
0 .....	100

## 2ª Ditado (2ª prova)

Número de erros	Grau
80 .....	60
60 .....	70
40 .....	80
20 .....	90
0 .....	100

## Tabela para julgamento da Prova de Títulos

Item 7, cap. III	Valor
I — letra a .....	5 pontos
letra b .....	4 pontos
letra c .....	3 pontos
letra d .....	3 pontos
letra e .....	2 pontos
letra f .....	2 pontos
letra g .....	1 ponto

II .....

III .....

IV e V .....

a) critério da Banca Examinadora

Secretaria do Senado Federal, em 21 de maio de 1963. — Fernando Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Dia 22-5 a 28-6-63.

## AVISO

A primeira prova de concurso (1ª ditado taquígrafico) será reanuada no dia 7 (sete) de junho do corrente ano, domingo, às nove (9) horas, no plenário do Senado Federal. — Fernando Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(De 21.5.63 até 18.6.63)